

Construindo a significação: perspectiva metalingüística

Nesta parte, elencamos algumas operações subjacentes à construção dos diferentes valores modais, a partir do estudo de marcadores lingüísticos, que são os observáveis na cadeia que forma o enunciado. No quadro da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, cada marcador lingüístico obedece a uma forma esquemática, que lhe determina as propriedades básicas, invariantes, mas com uma plasticidade que permite ocorrências diversificadas.

A explicitação dessas operações vai viabilizar a análise dos enunciados que constituem o corpus desta parte do trabalho e contribuirá para atingirmos nosso objetivo: proposta de uma sistematização dos valores modais em artigos de opinião.

Adotamos a perspectiva do lingüista, já que a definição de seu trabalho, nesta teoria, é construir um sistema de representações metalingüísticas que dê conta da relação entre as formas produzidas/reconhecidas pelo enunciador/co-enunciador, respectivamente, e as operações que lhes são subjacentes à atividade enunciativa (Culioli, 1983, 78).

É preciso, primeiramente, destacar que, na abordagem enunciativa, um marcador de operações ou qualquer ocorrência lingüística não são tomados isoladamente. Como é defendido em Correia (1998, 42 e 43), entende-se, nesse sentido, que

as noções gramaticais, na teoria de A. Culioli – como o aspecto, modalidade, diátese... – são perceptíveis e analisáveis através da reconstrução de marcadores existentes. A teoria, ao assumir que não há formas isoladas, obriga que uma forma seja localizada em relação ao conjunto de todas as outras que constituem um enunciado. Assim, através das operações, é possível ‘calcular’ o valor de cada uma das formas.

Tratamos, então, de algumas realizações modais que nos pareceram de importante abordagem, não apenas para a compreensão do trabalho de construção/reconstrução da significação de enunciados, mas também para uma visão mais ampla da teoria com a qual estamos trabalhando.

Dentre os possíveis marcadores da modalidade, focamos alguns dessa categoria e as operações subjacentes à sua construção, a saber: *interrogação*; *verbos modais*; *indicativo e subjuntivo (conjuntivo)*; *futuro do presente e futuro do pretérito (condicional)*; *imperfeito*; *pré-construído* e *mediativo*. Acrescentamos que esses aspectos foram também selecionados para uma análise em separado tendo em vista sua importância no contexto geral dos enunciados dos corpora e a alta recorrência desses marcadores manifestada nesses textos.

6.1

A interrogação

Antes de abordar os critérios propostos na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, apresentamos alguns aspectos teóricos que vêm sendo desenvolvidos sobre a interrogação em estudos diversos, que são importantes para a identificação da interrogação como marcador modal.

Grésillon & Lebrave (1984, 59-72) explicitam três estudos sobre a interrogação que consideramos relevante destacar: a hipótese pragmática, a obra de R. Conrad e as hipóteses de J. Milner¹⁹.

As propostas pragmáticas se inspiram basicamente na obra *Atos de fala* de Searle e nas *Máximas* de Grice e focam a interrogação prioritariamente como ato ilocucionário, desconsiderando-a como um par de frases determinadas por regularidades sintáticas. Rodrigues (1998, 12) explica que o termo ‘interrogação’ refere-se apenas ao aspecto formal de um enunciado, enquanto o conceito de ‘pergunta’ refere-se ao âmbito pragmático, realizando, portanto, uma distinção entre os dois termos baseada nos dois aspectos.

Segundo Grésillon & Lebrave (1984, 61-62), e igualmente como nossa percepção, esta perspectiva apresenta dois problemas:

¹⁹ Grésillon & Lebrave se referem, entre outras, às seguintes obras: CONRAD, R. 1978 *Studien zur Syntax und Semantik von Frage und Antwort*. *Studia Grammatica* XIX, Berlin; GRICE, H.P. 1975. “Logic and Conversation”, in: COLE/Morgan (eds.), *Speech Acts. Syntax and Semantics* 3. New York; MILNER, J. 1973. “Eléments pour une théorie de l’interrogation”, *Communications*, 20; e SEARLE, J.R. 1969. *Les actes de langage*. Traduction française, Paris, 1972.

1º - negligencia o estudo das formas lingüísticas, já que estuda, numa definição bem simplificada, o comportamento verbal de duas pessoas em contexto específico; e

2º - considera apenas como essencial o emprego da interrogação no seu valor de desejo de informação, esquecendo-se de outros casos de interrogação, como as questões retóricas, as questões-eco e outras como veremos mais à frente.

Podemos acrescentar, ainda, que o estudo das interrogações em nosso corpus não poderia se basear no enfoque pragmático, pois as situações de enunciação incluem um enunciador único para a pergunta e, muitas vezes, as respostas já estão construídas no próprio texto, como é o caso, particularmente, da interrogação didática. Além disso, o que pretendemos realizar, neste trabalho, é a análise dos aspectos lingüísticos construídos pelos diferentes autores e explicitar as operações que estão subjacentes à construção dos enunciados, a partir dos parâmetros teóricos da teoria enunciativa culioliana.

Por outro lado, Grésillon & Lebrave (1984, 62-72), ao identificarem o trabalho de Conrad sobre interrogação como sendo uma teoria de referência, na medida em que o mesmo representa um balanço dos principais trabalhos existentes no domínio do alemão e fornece os elementos para uma síntese desses trabalhos, mostram que Conrad define *questão* (interrogação) a partir de alguns parâmetros como a *situação do discurso*, a *existência de uma resposta*, a *natureza da relação entre a questão e a resposta*, e distingue dois tipos de questões: as questões ‘comunicativas’ e as questões ‘gnosiológicas’ (ligadas ao conhecimento).

As questões ‘comunicativas’ se definem tal como se define a interrogação no quadro pragmático. Já as questões ‘gnosiológicas’ se referem às interrogações que são realizadas objetivando progredir nos conhecimentos sobre determinado ponto.

Sobre estas últimas, Grésillon & Lebrave dão como exemplo questões que se encontram nos títulos dos jornais, como “*Qui a posé la bombe?*” (*Quem*

colocou a bomba?) ou feitas em textos da comunidade científica, como “*Les trous noirs existent-ils?*” (*Os buracos negros existem?*)²⁰.

No tocante às hipóteses de Milner, Grésillon & Lebrave (1984, 70-72) mostram que os estudos realizados por essa autora são mais adequados para aplicação aos estudos realizados pelos autores. Os principais postulados de Milner são:

1º há uma diferença fundamental entre uma permuta real de questões/respostas realizada por um ou dois locutores reais e a análise lingüística de questões/respostas em que se necessita construir um conceito de locutores não presentes;

2º a teoria da interrogação é necessariamente heterogênea, por isso, deve incorporar fenômenos que não se analisam por um conceito único.

Considerando esses dois aspectos, entende-se que o trabalho de Milner, citado em Grésillon & Lebrave (1984, 70-72), distancia-se dos estudos pragmáticos.

Verificando, agora, na perspectiva semântica da interrogação, os estudos realizados por Lyons (1979, 323) dão conta que existe uma oposição entre frases afirmativas, imperativas e interrogativas, e o que as distingue é o modo²¹.

Lyons argumenta que isso ocorre mesmo que as interrogativas sejam incluídas tradicionalmente na relação das partículas modais, já que na maioria das línguas (inclusive o latim, o grego e as línguas modernas) a distinção sintática entre frases declarativas e interrogativas não está associada a diferenças na flexão verbal ou à seleção de um auxiliar particular e sim ao emprego do “modo indicativo”, quando ligadas a várias partículas interrogativas ou pronomes, ou com a mudança da ordem das palavras ou ainda com a entonação.

²⁰Esse tipo de interrogação poderia ser incluído nas interrogações didáticas, já que estas têm uma função de organização textual, ou seja, iniciam uma pergunta que será respondida no texto a seguir.

²¹Na verdade, o autor está tratando de “modo” o que, nos termos da teoria com que estamos trabalhando, designa-se “modalidade”.

A partir dos estudos citados, e sob nosso ponto de vista, a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas nos favorece uma explicação mais cabal de enunciados interrogativos com os quais estamos trabalhando, pois destaca, na relação pergunta/resposta, a atividade inter-enunciativa, na qual há uma relação entre dois sujeitos enunciadore. Com efeito, tal como afirma Apostel (1981, 24), a interrogação deve ser entendida como uma ação inter-pessoal, marcando a transferência da validação da relação predicativa do enunciadore para o co-enunciador, que passa a ser um novo enunciadore nessa mesma cadeia enunciativa.

Imbricada nessa relação enunciativa, a interrogação se transforma conseqüentemente numa atividade modalizante do sujeito enunciadore, já que é este que faz a escolha por essa construção, sem estar necessariamente ligada a uma *modalidade interrogativa*, como explicitado em Lyons.

Esse autor nos diz, ainda, num tom de crítica, que os lingüistas não falam de um modo interrogativo, e, contradizendo ele próprio, reconhece que as *interrogativas são claramente modais e podem ser caracterizadas por modalidades suplementares que indicam o que o falante espera*. (Lyons, 1979, 323).

Em contraponto, Lopes (1972, 249) indica que uma interrogação não constitui, normalmente, na sua globalidade, uma oração, mas sim um *molde proposicional com, pelo menos, uma variável livre* e há, nesse molde, quase sempre *variáveis já presas, ou vinculadas, que subentendem proposições definidas*.

A partir do exemplo *Aonde foi ontem o Pedro?*, Lopes mostra que a interrogação constitui um molde no qual a circunstância de lugar ‘aonde’ figura como livre, mas quem fez a pergunta sabe (e faz saber, ou lembra) que o ‘Pedro’ em causa se deslocou de algum lugar no dia anterior. As perguntas feitas com pronomes ou advérbios interrogativos são em regra deste tipo.

Os trabalhos acima comprovam, dessa forma, que a interrogação tem sido objeto de inúmeros estudos lingüísticos, e isso se justifica, principalmente, porque favorecem a compreensão das diferentes relações entre enunciadore e co-enunciador, em qualquer área de conhecimento. Isso pode ser ratificado em Meyer (1981, 3) que diz que

a interrogação vem a ser hoje em dia um fenômeno central nas preocupações teóricas que se apoderam da lingüística, da lógica, da filosofia, da psicologia e mesmo da antropologia. E, segundo esse autor, não se hesita mais em considerar a interrogação como uma realidade do espírito humano, sobre o qual as outras dimensões se articulam.

Em nossos corpora, a interrogação ocupa um espaço preponderante, quantitativamente falando, por isso, esse tipo de marcador da categoria modalidade foi destacado para um estudo especial.

Para a visão semântico-enunciativa, considera-se que interrogar corresponde, por parte do enunciador, à construção de uma classe de ocorrências, ao recurso ao co-enunciador para que este, tendo reconstruído a classe de ocorrências, se constitua em segundo enunciador e dê a resposta pedida, isto é, distinga um dos valores da classe.

Notemos, aliás, que a própria definição de co-enunciador marca essa idéia de co-participação e favorece a possibilidade de transferência da validação para outro que se constituirá o sujeito-enunciador. Isso vem implícito no próprio conceito de *co-enunciador*, como nos mostra Maingueneau (1997, 18), que recorre a Culioli para defini-lo:

[Este] termo [co-enunciador], introduzido pelo lingüista A. Culioli, em vez de ‘destinatário’, sublinha que enunciação é, de fato, uma ‘co-enunciação’, em que os dois parceiros desempenham um papel ativo.

Considerando essa similitude com a asserção – a interrogação está ligada ao valor modal da asserção, já que há a validação de uma relação predicativa pelo co-enunciador – podemos, portanto, entender que, ao mesmo tempo em que o enunciador recorre ao seu co-enunciador para que seja ele, co-enunciador, a construir essa validação, esse co-enunciador transforma a interrogação numa atividade modalizante desse sujeito enunciador. Assim, o que caracteriza o enunciado interrogativo é que nele o sujeito enunciador não valida a relação predicativa subjacente ao enunciado como verdadeira ou não verdadeira. Antes remete essa tarefa para o co-enunciador, pela construção antecipada do seu espaço enunciativo, construindo-o como localizador modal da relação predicativa (Afonso, 1997, 31).

Como sabemos, na visão enunciativa em que objetivamos nosso trabalho, qualquer enunciado é o resultado de um encadeamento de operações predicativas e enunciativas e, para a validação ou não de uma relação predicativa, existem as respectivas operações subjacentes que descrevem a construção das classes desse enunciado.

No caso específico da interrogação, ao lado da transferência de validação do sujeito-enunciador para o co-enunciador, em que o enunciador antecipa o espaço enunciativo para o co-enunciador, temos uma operação enunciativa de “percurso”, ou seja, o enunciador disponibiliza para o co-enunciador as possíveis ocorrências para as diferentes classes do enunciado sem que qualquer um dos elementos da relação predicativa seja distinguido (Campos, 1989, 108).

Assim podemos ter, na interrogação, duas possibilidades de reconstrução do enunciado: a transferência da validação ou não validação do enunciado do enunciador para o co-enunciador (o que ocorre em qualquer situação normal de interação) ou a possibilidade instanciada pelo enunciador de um conjunto de ocorrências que poderia, perfeitamente, preencher os diferentes elementos de classes abstratas (o que vai ocorrer numa situação de comunicação em que o co-enunciador é apenas virtual).

Em Campos & Xavier (1991) e em Campos (1997), encontramos a identificação de quatro tipos de interrogação, que separamos em dois grupos: o formal (*interrogação total* e *interrogação parcial*) e o discursivo (*interrogação retórica* e *interrogação didática*), que passamos a definir.

6.1.1

Interrogação total

Na interrogação total, o enunciador, ao transferir a validação (ou não-validação) para o segundo enunciador, torna essa validação (ou não-validação) da relação predicativa saturada (<arb>) extensiva a todo o enunciado e não a uma determinada parte do mesmo.

Mateus *et alii* (2003, 360) designam este tipo de realização interrogativa por “interrogativas globais, proposicionais ou de sim/não”. Indicam, ainda, algumas características para esse tipo de interrogação, que destacamos:

→ sintaticamente, a interrogação total não apresenta nenhuma modificação em relação à declarativa a que corresponde, a não ser pela curva melódica específica da interrogação;

→ ao formular uma interrogação total, o alocutário busca uma resposta afirmativa ou negativa. A resposta afirmativa pode ser *sim*, seguido do verbo, ou apenas o verbo. A resposta negativa pode ser *não*, seguido normalmente do verbo da pergunta;

→ muitas vezes o foco da interrogação total não incide sobre toda a proposição e sim sobre um constituinte ou sobre a própria relação de predicação. Nesse caso, o foco pode estar marcado por meios prosódicos (*A Inês vai a Lisboa AMANHÃ?*) ou por meios sintáticos (*É amanhã que a Inês vai a Lisboa?*); o foco pode incidir sobre uma expressão adverbial (*O congresso decorre na próxima semana?*); ou pode, ainda, incidir sobre uma expressão quantificada (*Estiveste em Lisboa muito tempo / pouco tempo?*).

Vale registrar que quando o foco incide sobre um constituinte (meios prosódicos ou sintáticos / expressão adverbial / expressão quantificada) tem-se implícita uma pressuposição (Mateus *et alii*, 2003, 463).

Assim, do enunciado

(13) Ana visitou o museu no sábado?

dizemos que é uma interrogação total, pois se refere à validação de todo o enunciado. Verificamos que, entretanto, em (13), o foco da validação está centrado no adjunto adverbial “no sábado”. Ou seja, o que terá de ser validado é se “Ana visitou o museu no sábado” e não em outro dia qualquer, caracterizando, a partir do caráter contrastivo (sábado / outro dia), uma pressuposição construída pelo enunciador e que será confirmada ou não pelo co-enunciador. Temos nesse caso uma relação predicativa complexa, que pode ser representada por <<arb> p

sábado>, em que <arb> é a relação predicativa <Ana visitar museu> e <p sábado> complemento dessa relação predicativa.

Para exemplificar este tipo de interrogação, temos: “Gostaria de ir passear?”, com as seguintes possibilidades de validação: 1. Sim; 2. Não; 3. Não sei; 4. Talvez. Respondendo *sim* ou *não*, o co-enunciador valida ou não valida a relação predicativa, respectivamente. Respondendo *não sei*, ele se recusa assumir a validação ou a não validação. E, com a alternativa de *talvez*, ele assume a validação num certo grau.

A partir do visto acima, podemos identificar as operações subjacentes à construção da interrogação total, no quadro semântico-enunciativo, da seguinte forma:

1ª construção de uma relação predicativa saturada e construção da classe dos valores modais que correspondem respectivamente à validação e à não validação da relação predicativa num tempo T_2 . Teríamos a construção de uma classe fechada, pois existe uma restrição de valores que poderiam preencher o lugar vazio na estrutura lingüística: as partículas positiva *sim* e negativa *não*, além de outras classes fechadas, dependendo da interrogação, tais como *não sei* ou *talvez*;

2ª construção antecipada do espaço enunciativo no qual o co-enunciador fará o percurso dos elementos da classe perspectivada e escolherá um dos valores da classe proposta, validando a relação predicativa com um *sim* ou um *não*, ou com outra possibilidade.

6.1.2

Interrogação parcial

Já na interrogação parcial, há um lugar dos argumentos da relação predicativa não saturado, que vai ser preenchido pelo segundo enunciador, numa operação enunciativa em que o enunciador transfere a validação para o co-enunciador.

Neste tipo de valor modal, diferentemente da *interrogação total*, a validação (ou não-validação), depende de um constituinte interrogativo (*que*,

quem, qual, quanto, quando, como, onde). Nesse sentido, todo interrogativo é o traço de uma operação de percurso sobre os valores possíveis e imagináveis num domínio nocional.

Encontramos esse tipo de interrogação em:

(14) Quando se realizará a competição?

Nesse enunciado, há uma interrogativa parcial destacando que existem diversas ocorrências possíveis de preencher o lugar do argumento vazio na relação predicativa estabelecida. O co-enunciador deverá recorrer às diferentes possibilidades de percurso para, constituindo-se enunciador, validar a relação predicativa, já que o primeiro enunciador não tem dados suficientes para tal. O marcador interrogativo *quando* pode ser preenchido por diferentes elementos, tais como: *nunca, no próximo mês, no próximo ano* etc. Essa é uma das possibilidades da *operação de percurso*.

Vejamos outro exemplo:

(15) O que aconteceu na aula de hoje?

Nesse caso, a validação da relação predicativa ocorrerá na instanciação do marcador interrogativo *O que*, representando o lugar dos argumentos não preenchido nesse enunciado. O preenchimento desse lugar corresponde à *operação de percurso*, ou seja, o co-enunciador vai percorrer todas as possibilidades de preenchimento para, então, estabelecer-se como novo enunciador.

Mioto (1989, 40) realiza um estudo do comportamento sintático desse tipo de construção interrogativa, fazendo uma oposição entre o Português do Brasil, o Europeu e o Espanhol. Mostra que existem similaridades entre o Português Europeu e o Espanhol em contraposição ao Português do Brasil: enquanto naqueles, em certos contextos, existe a possibilidade de anteposição do verbo, no Português do Brasil, isso provocaria uma agramaticalidade da frase²². De

²² As ocorrências ‘Aconteceu o que na aula de hoje?’ e ‘Aconteceu na aula de hoje o quê?’ não são comuns na uso coloquial do Rio de Janeiro. Normalmente, encontramos ‘O que (que) aconteceu na aula de hoje?’.

qualquer forma, na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, a existência do marcador assinala uma classe de ocorrências que poderia preencher esse lugar vazio no enunciado.

Assim, temos as seguintes operações subjacentes à construção da interrogação parcial:

1^a - o enunciador S_0 localiza a relação predicativa não saturada como um pré-construído, ou seja, a validação dessa relação predicativa, como uma asserção estrita, ocorre numa outra situação de enunciação;

2^a - o enunciador constrói uma classe aberta de ocorrências abstratas dos objetos que podem ocupar o lugar não preenchido na relação predicativa. As formas interrogativas *que, quem, qual, quanto, quando, como, onde* constituem elementos dessa classe aberta;

3^a - o enunciador constrói antecipadamente o espaço enunciativo do seu co-enunciador. A construção do espaço enunciativo e a construção do segundo enunciador integram a mesma operação. Ao identificar um dos elementos da classe, o segundo enunciador estará saturando a relação predicativa e validando a mesma no espaço enunciativo que construiu.

6.1.3

Interrogação retórica

Sobre a interrogação retórica, em Campos & Xavier, há o reconhecimento, também compartilhado em outros estudos sobre o assunto, de que esse tipo de interrogação, na verdade, é uma asserção, já que “se, ao interrogar o enunciador está a construir uma asserção, é porque a interrogativa retórica contém a sua própria resposta” (Campos & Xavier, 1991, 347).

E a questão retórica, segundo Fontanier (*apud* Grésillon, 1981, 66), prende-se ao circuito da interrogação, não por marcar uma dúvida e provocar uma resposta, mas por indicar, ao contrário, um alto valor persuasivo e cercear àquele a quem se fala o poder negar ou mesmo de responder.

Segundo essa afirmação nos parece, portanto, que é uma questão interessante a ser analisada nos textos em geral e, em particular, em nosso corpus que trata da opinião em relação a inúmeros temas do cotidiano, considerando que, muitas vezes, mesmo interrogando, os autores constroem verdadeiras asserções.

Acrescentamos a isso, como uma particularidade da interrogação, o fato de que realizar a análise de interrogações retóricas é compreender o jogo argumentativo construído pelo enunciado num texto, pois esse trabalho não pode desconsiderar o contexto em que esse tipo de interrogação ocorre, ao contrário de outros enunciados.

Em Campos & Xavier (1991, 347) há a indicação de outra particularidade da interrogação retórica: “se a interrogativa retórica é negativa, tem valor de asserção positiva, se é positiva, tem valor de asserção negativa”. O mesmo tem destaque em Grésillon que afirma esta ser uma singularidade marcante da interrogação retórica, considerando que seu sentido é exatamente contrário do seu conteúdo proposicional, já que com a negação ela afirma e sem a negação ela nega.

Culioli (1999a, 110) diz que na interrogação retórica não se faz nenhuma pergunta de informação, nenhuma pergunta de confirmação, mas se coloca em questão a posição que se atribui ao outro, um outro fictício; quer dizer um co-enunciador que não é um interlocutor.

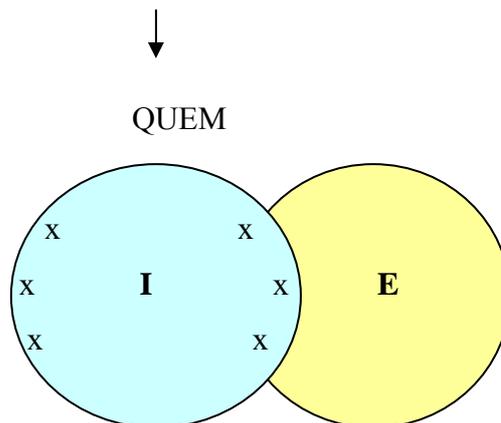
Afonso (2002, 22), considerando a abordagem do domínio nocional explica que, se considerarmos a *subteoria da bifurcação*, na interrogação retórica, o sujeito enunciador constrói um caminho que, a partir de uma posição inicial, aparentemente fora do domínio de validação, percorre todas as possibilidades até concluir o percurso para, finalmente, validar a relação predicativa na zona selecionada.

Para esse tipo de interrogação, temos como exemplo o enunciado abaixo, que é uma interrogação retórica parcial, ou seja, QUEM representa a classe de todos os valores que podem ocorrer no contexto:

(16) Quem não precisa de amor? (Leandro Konder) ,

que pode ser representado por:

< () precisa de amor >



O gráfico representa o percurso que o enunciador realizará, na construção retórica, já que não se trata da construção de um pedido de informação ou de confirmação. Normalmente, quando se tem a interrogação canônica, o enunciador realizaria a antecipação do espaço enunciativo e uma operação para que seu co-enunciador preencha o lugar vazio do interrogativo *Quem*. Ao percorrer ele mesmo, o enunciador, todos os possíveis caminhos (representados no gráfico por x), para identificar a possibilidade de resposta, o enunciador não construirá, dessa forma, uma antecipação e sim a resposta para a própria pergunta.

Nesse caso específico de interrogação retórica, é o próprio contexto que determina a resposta, pois esta se encontra dentro do domínio nocional, ou seja, em I. Na verdade, tem-se um pré-construído cultural: “o ser humano precisa de amor”, contexto que vai determinar a interpretação de um E vazio (*QUEM* não $p \rightarrow E \rightarrow \emptyset$)

Vejamos outros exemplos:

- (17) a. “Será que a polícia não sabe que Elias Maluco mantém cemitérios clandestinos onde enterra suas vítimas?” (Fritz Utzeri)
- b. “Será que Helmut Kohl não vê que o seu obstinado silêncio está a causar danos?” (Helena Ferro de Gouveia)

Nesses exemplos, o marcador segmental interrogativo é *será que*. A validação da relação predicativa será uma resposta positiva. A construção da

interrogação retórica é determinada pela obviedade da resposta, que está implícita na pergunta, no próprio interior do domínio nocional. Ou seja, “a polícia sabe que Elias Maluco mantém cemitérios clandestinos” em (17a) e Helmut Kohl vê que o seu obstinado silêncio está a causar danos em (17b).

O marcador *será que*, muitas vezes utilizado em construções interrogativas com valor hipotético, como no enunciado *Será que Maria virá hoje?*, ou com valor de dúvida como na famosa marchinha do carnaval brasileiro *Será que ele é?*, nos enunciados (17a) e (17b) marca uma construção interrogativa de valor modal retórico.

Rodrigues (1998, 14), sobre esse marcador, diz que em português, particularmente, há algumas construções sintáticas que estão sempre associadas à estrutura interrogativa. Uma delas, ‘*será que...*’, é equivalente à expressão francesa ‘*est-ce que*’, e é uma estrutura que nunca ocorre em frases assertivas ou imperativas.

Macambira (1991, 202)²³ identifica esse marcador interrogativo como *locução adverbial interrogativa* ao lado de *acaso* e *porventura*, não dando relevo à característica temporal do verbo:

Consideramos ‘*será que*’ locução adverbial interrogativa, sinonímica de *acaso* e *porventura*. A propósito convém citar o que escreve Otto Jespersen sobre um caso paralelo existente no dinamarquês e no francês (Language, 1950):

‘Em dinamarquês, até o século dezoito, ‘*mon*’ era realmente um verbo auxiliar, seguido pelo infinitivo:

‘*Mon han komme?*’ ‘*pode ele vir?*’

mas agora a construção mudou, e o indicativo é usado com ‘*mon*’:

‘*Mon han kommer?*’ ‘*acaso ele vem*’

e ‘*mon*’ não é mais um verbo, mas um advérbio interrogativo’. Em: ‘*Est-ce que Pierre bat Jean?*’ tal como em dinamarquês, o resultado final é a criação de termos vazios ou advérbios interrogativos. ‘*Est-ce que*’ sob todos os aspectos, exceto na grafia, é apenas um vocábulo (note-se que não muda o tempo conforme o verbo principal), e portanto é um prefixo oracional que serve para encabeçar a interrogação. Note-se ainda que o ‘*será que*’, da mesma forma que o ‘*est-ce que*’, não muda o tempo conforme o verbo principal. Em

‘*Será que houve fraude nas eleições?*’

‘*será que*’ está destemporalizado; senão, entraria em conflito com a forma *houve* do passado.

²³ Consideramos interessante discorrer sobre esse tipo de marcador, pois é muito utilizado em artigos de opinião, bem como na linguagem corrente.

Considerando os enunciados dados (16, 17a e 17b), podemos descrever como operações subjacentes à construção da interrogação retórica as seguintes etapas:

1ª construção de uma relação predicativa $\langle r \rangle$ e construção da classe dos valores modais que vão corresponder à validação (ou não validação) da relação predicativa num T_2 ;

2ª construção antecipada do espaço enunciativo do co-enunciador (que é, segundo Culioli (1990, 110), fictício, ou seja, o co-enunciador não é um interlocutor) e, ao mesmo tempo, construção do próprio enunciador como um segundo enunciador;

3ª construção da validação (ou não validação) da relação predicativa atribuindo um valor assertivo ao enunciado construído.

6.1.4

Interrogação didática

Há uma outra função da interrogação, explicitada em Campos (1997, 89), designada *interrogação didática*, cujo papel é o de *organizador textual*, ou seja, a interrogação tem por finalidade assinalar *os sucessivos tópicos discursivos*, estabelecendo uma seqüência harmônica entre os diferentes enunciados constitutivos do texto.

Vale lembrar que neste trabalho não estamos tratando da interrogação denominada “pergunta de exame ou didática” referida por Afonso (2000, 78), que se realiza em contextos pedagógicos, em que se tem uma constante preocupação com avaliação dos alunos e, por isso, recorre-se à interrogação. Como em contexto pedagógico a resposta é obrigatória, já que não respondendo à pergunta feita pelo professor o aluno poderá receber uma penalidade (como nota baixa), deve-se estudar a interrogação didática também na relação pergunta-resposta.

Neste tipo de interrogação, encontramos, apesar de seu cunho didático, interrogações autênticas, pois são reveladoras da preocupação do enunciador com

o caráter cognitivo do enunciado e, assim, constituem-se asserções, em enunciado interrogativo.

A interrogação didática tem sido muito utilizada em artigos de opinião e em artigos acadêmicos. Normalmente, o autor constrói uma ou várias interrogações e, a partir da construção das respostas, vai traçando a organização do seu texto. Em nosso corpus, veremos muitas interrogações deste tipo.

No exemplo abaixo, com dois enunciados, sendo o segundo constituído na sua totalidade de interrogações, temos esse tipo de interrogação:

(18) Já se tornou lugar comum afirmar que a imprescindível renovação da universidade e o seu investimento no futuro passam em grande parte pela sua ligação com as empresas. Neste caso, “empresas” significa indústria, supondo-se que essa ligação trará a ambas as partes desenvolvimento tecnológico, crescimento econômico, aumento de verbas para a investigação. As vantagens de tal colaboração pertencem ao universo da indústria tecnológica e da investigação com ela relacionada.

E as humanidades? Qual é o seu lugar nesta discussão? O que significa para as humanidades investir no futuro? Qual a possibilidade de ligação universidade-empresa nas áreas tradicionais da história, da lingüística, da literatura?. (Maria Helena Mira Mateus)

No primeiro enunciado (primeiro parágrafo), Mateus realiza uma contextualização do tema a ser abordado, explicitando o que o senso comum diz e como se apresenta o estado atual do assunto focado. No segundo enunciado, a autora constrói um conjunto de interrogações cujo papel não se reduz a construir um novo enunciador que, a partir de ocorrências possíveis, escolherá aquelas que preencherão os lugares vazios nas relações predicativas construídas. No texto as respostas serão apresentadas como tópicos do processo argumentativo construído pela autora para dar conta das questões levantadas no início do artigo. Aliás, neste artigo, Mateus inicia a construção de interrogações no próprio título que é “Universidade-empresa: e as humanidades?”, cuja função também não seria transferir para os leitores, construídos como novos enunciadores, a responsabilidade de dar conta das possíveis respostas.

As operações subjacentes à interrogação didática, diferentemente das outras descrições de interrogativas, já que nesta não há transferência para o co-enunciador validar as informações solicitadas no enunciado, podem ser assim descritas:

1ª construção de uma relação predicativa e construção antecipada do espaço enunciativo e, ao mesmo tempo, construção do próprio enunciador como um segundo enunciador;

2ª construção da validação (ou não validação), intratextualmente, da relação predicativa atribuindo um valor assertivo ao enunciado construído.

6.1.5

Outros tipos de interrogação

Perini (1995, 64) exemplifica um outro tipo de interrogativa designada pelos estudiosos como *interrogativa-eco*, indicando que na escrita esse tipo de interrogação, geralmente, não se distingue das interrogações totais, o que não ocorre na fala, na qual o elemento interrogativo recebe um tipo especial de entoação, alta e ascendente como no exemplo dado pelo autor:

Sua mãe vai fazer O QUÊ?

O autor identifica esse tipo de interrogação, contrapondo-o com as interrogações em geral, mostrando que estas se prestam, tipicamente para veicular perguntas para se obter uma solicitação ou uma informação; já nas interrogações-eco a solicitação explicitada no O QUÊ acima, por exemplo, sugere que o falante recebeu a informação mas não a compreendeu bem ou não acredita no está ouvindo.

Seria, nesse caso, uma forma de atribuir também um valor modal à interrogação, já que o enunciador que a constrói busca preencher o lugar vazio (do pronome interrogativo no texto de Perini acima, por exemplo, do *O quê?*) que, para ele, não está preenchido. A especificidade deste tipo de interrogação está no fato de que o co-enunciador, ao mesmo tempo que preencherá o lugar vazio, foi quem inicialmente já havia validado a relação predicativa.

Mateus *et alii* (2003, 479) também nos mostra esse tipo de interrogação nos seguintes exemplos:

“*Queres o quê?*”

“*A Maria sai quando?*”

“*Tu deste o livro a quem?*”

“*Ela demorou tanto por quê?*”

As autoras acima indicam duas interpretações para esse tipo de interrogação: uma interpretação que equivale a função normal da interrogação, como, por exemplo “O que queres?”; outra que representa a interpretação da interrogativa-eco propriamente dita e equivale a manifestação de uma estranheza em relação a uma parte da informação que alguém não tenha retido, como “Queres O QUÊ?” para o mesmo exemplo .

Coveney (1997, 88) identifica esse contexto interrogativo como [SVQ], em que S= sujeito, V= verbo e Q representa “uma palavra ou um grupo interrogativo”. E nos diz ainda:

A escolha entre [SVQ] ou uma de outras estruturas se realiza por influência de alguns fatores, a saber:

- a função comunicativa: [SVQ] se emprega mais por questões que se referem a si mesmo que por questões retóricas;
- a extensão dos diferentes elementos da frase: quanto mais longo for o grupo interrogativo, mais se utiliza a estrutura [SVQ];
- a natureza do verbo: utiliza-se [SVQ] mais notadamente quando o verbo é copulativo²⁴.

Lopes (1972, 249) aponta um outro tipo, que consideramos também interessante destacar: a *interrogação disjuntiva*. Nesse tipo de interrogação duas alternativas são construídas, mas apenas uma se supõe ser verdadeira. Sobre esse tipo de interrogação, Lopes nos dá o exemplo:

“Ele traz boina, ou chapéu (ou boné)?”

E explica:

A resposta limitar-se-á, neste caso, a aumentar a informação que o interrogante já formulou em termos definitivamente proposicionais. É interessante notar que certas chamadas “orações interrogativas indirectas”, como aquela que inicia o

²⁴Essas explicações são válidas para o francês. Haveria necessidade de testes para comprovar também esses fatores em português.

período “quem nasceu, morrerá”, se podem exprimir em latim ou grego clássicos como condicionais (“se alguém nasceu, morrerá”), portanto, como definidamente proposicionais, o que de resto está de acordo com a nossa interpretação atrás proposta segundo a qual esse “quem” (nas línguas clássicas alternativamente relativo, condicional, interrogativo e indefinido) se encontra quantificado, equivalendo, ora a “alguém”, ora a “todo aquele que”. (Lopes, 1972, 249-250).

Ocorrências desse tipo foram encontradas em nosso corpus, mas com características distintas. O que teremos são construções interrogativas em que são apresentadas duas alternativas distintas de possibilidades de ocorrências. Ou seja, ao mesmo tempo em que o enunciador constrói a asserção, ele, sob a forma de uma interrogação, questiona a possibilidade de poder validar a relação predicativa construída.

Vejamos no exemplo:

(19) Temos – ou não? – uma política econômica que sufoca a classe média. (César Maia)

Foi construída uma asserção estrita positiva em “*Temos uma política econômica que sufoca a classe média*” e, ao mesmo tempo, construiu-se uma possibilidade de não validação da relação predicativa com a transferência para o co-enunciador escolher essa validação, que seria “*Não temos uma política econômica que sufoca a classe média*”. Ou seja, nesse espaço enunciativo, o enunciador apenas validou uma possibilidade, a outra ficou para o co-enunciador.

O exemplo (19) nos leva a concluir, ainda, que o enunciador não só antecipa o espaço enunciativo do co-enunciador, como também já antecipa a ocorrência lingüística a ser escolhida.

Vale destacar ainda o trabalho de Rajagopalan (1984, 84-85), no qual o autor identifica um exemplo de frase interrogativa, que, se interpretada no sentido de pergunta, seria um ato *auto-destruidor*. Vejamos o que diz esse autor, que se refere ao seguinte enunciado:

(5) *Posso fazer uma pergunta?*

E explica:

Parece-nos que a resposta normal ou natural (...) para (5) seria uma das alternativas em (6)

- (6)a. *Sim, claro*
 b. *Claro que pode*
 c. *(etc.)*

O autor mostra, ainda, que existem outras formas de ‘reagir’ ao enunciado acima, a saber:

(7) *Você acabou de fazer uma*

o que não é o que se espera como uma resposta ‘normal’ ou ‘natural’ à primeira pergunta feita, conforme diz o autor.

O que Rajagopalan está explicando é que (5) é um exemplo de ato auto-destruidor, pois o enunciador, ao construir uma interrogação, favoreceu ao co-enunciador, em sua resposta, cometer um ‘deslize analítico’, ou seja,

o falante de (7) interpretou o enunciado (5) como uma pergunta. (...) Mas, acontece que, como já notamos, (5) nunca é, nem poderia ser entendido como uma pergunta: isso porque, se fosse uma pergunta, (5) seria uma pergunta ‘intrinsecamente defeituosa’ ou auto-destruidora’. Assim, nenhum ouvinte pode interpretar (5) como uma pergunta sincera: uma pergunta só é sincera ou feliz quando se pode ser respondida de uma maneira sensata. (Ibidem: 85 e 86).

Rajagopalan identifica, ainda, o seu exemplo (5) como um ‘ato de fala indireto’.

Para encerrar esta parte sobre interrogações, destacamos que, muitas vezes, construções interrogativas vêm construídas com as partículas *então* e *afinal*. Existem contextos diferentes em que essas partículas se realizam:

- (20) a. Qual é então a realidade, às portas do século XXI? (Isabel
 Martinho)
 b. Então, há uma outra realidade às portas do século XXI?
- (21) a. E, afinal, em sede de regionalização, do que estamos nós a falar?
 (Jorge Lacão)

b. Afinal, os políticos só falam na regionalização?

Nos exemplos (20)a e (21)a, temos as partículas *então* e *afinal* marcando uma relação interlexis, construídas num espaço enunciativo em que co-ocorrem com partículas *qual* e *do que*, marcadores da interrogação parcial.

Nesse tipo de interrogação, a relação predicativa é pré-construída numa situação de enunciação distinta de Sit₀, mas com um dos lugares de argumento não preenchido, assinalado em (20)a e (21)a por *qual* e *do que*, que serão preenchidos pelo co-enunciador dentre as possibilidades lingüísticas estabelecidas enunciativamente. Quanto às partículas *então* e *afinal*, nesses exemplos, são apenas, portanto, marcadores de ligação inter-lexis. Não há nesses exemplos pré-construção.

Nos exemplos (20)b e (21)b, no entanto, *então* e *afinal* são os marcadores de um pré-construído, ou seja, constroem uma retoma que assinala a validação da relação predicativa numa outra situação de enunciação. Além de serem marcadores da pré-construção, apresentam um valor *avaliativo*, já que a própria construção dessas partículas determina que o enunciador duvida, por desconhecimento ou por outro motivo, da asserção pré-construída (Afonso, 1997, 32).

6.2

Verbos modais

Nesta parte, mostramos os valores modais dos verbos *dever* e *poder*, a partir, principalmente, do estudo realizado por Campos (1998) para esses verbos. Algumas particularidades dos verbos ‘poder’ e ‘dever’, construídos no futuro, serão abordadas mais adiante.

Gostaríamos de deixar claro que os valores modais aqui apresentados para os verbos modais não têm a pretensão de dar conta de todas as possibilidades modais desses verbos. Trataremos, de certa forma superficialmente, de algumas das ocorrências lingüísticas que darão subsídios à análise dos valores modais construídos nos enunciados que serão estudados nos nossos corpora. Veremos os valores modais de ‘dever’, inicialmente, e depois de ‘poder’.

Não estamos incluindo o estudo, separadamente, do modal ‘ter que/de’, pois não há uma diversidade de valores modais para esse verbo, como para os verbos ‘dever’ e ‘poder’, sendo o valor modal intersujeitos o mais comum. Entretanto vale destacar que existe a possibilidade de uma leitura epistêmica. Isso é igualmente destacado por Mateus *et alii* (2003, 249) que incluem esse verbo e *ser capaz de* com essa possibilidade de leitura epistêmica. Como exemplos dão as expressões: *O Jorge tem de ter chegado há minutos* (“ter de apresenta, neste caso, a leitura de “o locutor tem quase a certeza”, embora não se trate de certeza absoluta, pois nesse caso far-se-ia a asserção *o Jorge chegou há minutos*”) e *O Jorge é capaz de ter chegado há minutos*. No segundo exemplo, com *é capaz de*, a leitura epistêmica se realiza especialmente no presente.

6.2.1

Valores modais de ‘dever’

O modal ‘dever’ possui valores epistêmicos e valores não epistêmicos. Mostraremos que o que caracteriza os verbos modais epistêmicos é o tipo de processo ocorrido na relação predicativa.

O valor epistêmico de um enunciado, como já explicitado, se refere ao grau de conhecimento que o enunciador tem em relação ao acontecimento construído. Mais adiante, quando tratarmos do *mediativo*, mostraremos que, muitas vezes, o enunciador não assume a relação predicativa, pois não dispõe de conhecimento para assim o fazer. Nesse sentido, atribui a uma outra fonte enunciativa a validação do conhecimento que está construindo.

Existem dois valores epistêmicos para ‘dever’: valor de *suputação*²⁵ (o equivalente a probabilidade para outros autores) e valor de *predição* (dizer antecipadamente, prognóstico).

O termo **suputação** foi utilizado por Culioli em vez de probabilidade, porque este termo implica considerar uma escala de valores assertivos e suputação é cálculo, inferência. Assim, como o valor de *suputação* resulta de uma inferência, o enunciador o realiza tendo em vista um conhecimento indireto que possui. Temos como exemplo:

²⁵Voltaremos ao valor de suputação do verbo *dever* quando tratar dos valores modais do futuro.

(22) Inteligente como é, Paulo deve escrever vários livros.

O valor de **predição** também resulta de uma inferência, mas como o próprio nome indica, o verbo ‘dever’ nesse valor estabelece um prognóstico, uma ação dita antecipadamente e produto de uma inferência.

Campos (1998: 154) nos dá uma distinção entre os dois valores, mostrando que isso se revela principalmente em enunciados que se caracterizam pela relação de *causa* e *efeito*. Na inferência, o valor de suputação incide sobre a causa e o de predição, sobre o efeito. Vejamos isso nos exemplos abaixo:

(23) a. Paulo escreveu um livro. Deve ter trabalhado muito.

b. Paulo trabalha muito. Deve escrever um livro.

Em (23a) o valor modal de ‘dever’ incidiu sobre a causa (‘ter trabalhado muito’ é a causa de ‘escreveu um livro’): temos o valor modal epistêmico de *suputação*. Já em (23b), como o valor modal de ‘dever’ incidiu sobre o efeito (‘escreveu um livro’ é a consequência de ‘trabalhar muito’), temos, nesse caso, o valor de *predição*.

‘Dever’ não epistêmico pode ter valor *deôntico* (obrigação) ou valor de *previsão*. O valor *deôntico* se caracteriza por restrições sintático-semânticas, diferentemente dos valores epistêmicos de ‘dever’, que não apresentam qualquer restrição de co-ocorrência. Assim, ocorre valor deôntico quando:

→ o sujeito sintático caracteriza-se pelos traços [+ animado] e [+dinâmico], como em:

(24) Todo cidadão deve pagar seus impostos.

→ o valor aspectual do predicado verbal não pode ser marcado pelo infinitivo ou pela forma progressiva:

(24)a. *Todo cidadão deve ter pago seus impostos.

b. *Todo cidadão deve estar pagando seus impostos.

Isso ocorre porque há uma relação entre o tempo de Sit₀ e de Sit₂, nos contextos com valor deôntico, ou seja, o tempo do acontecimento lingüístico deve estar localizado posteriormente ao tempo da enunciação, o que não ocorreu nos enunciados (24a) e (24b), em que o tempo de validação de <Todo cidadão dever pagar imposto> modalizada é anterior ao tempo da enunciação. Nesses dois exemplos só seria possível, então, uma leitura epistêmica, mas mesmo assim no domínio do quase certo.

Vemos ainda que, nesses casos, apenas as condições [+animado] [+dinâmico], acima indicadas, não são suficientes para dar conta da explicitação do valor deôntico e, assim, a relação temporal está subjacente à construção desse valor. Podemos ver outro exemplo:

(25) O João deve dar o livro à Maria.

O valor de *previsão* de ‘dever’ ocorre quando existe claramente uma intenção de o enunciador realizar uma previsão para um tempo futuro como ilustram os seguintes exemplos:

(26) Devo ir em janeiro para Búzios.

(27) Os livros devem ser levados amanhã para a biblioteca.

6.2.2

Valores modais de ‘poder’

Já, em relação ao verbo ‘poder’, a diversidade e a complexidade de valores que esse verbo assume nas suas diferentes ocorrências torna mais difícil do que para ‘dever’ o estabelecimento de uma tipologia em que os valores se distribuam nitidamente entre epistêmico e não epistêmico.

Existem, basicamente, os seguintes valores modais para o modal ‘poder’: valores epistêmicos (valor de *não exclusão*), valores não epistêmicos (*possibilidade, permissão, capacidade*); e valores complexos (*concessão, testemunhal, exclusão*).

Não é nosso propósito promover um amplo estudo, dos diferentes verbos modais, como já explicitamos, mas, assim como fizemos com ‘dever’,

apresentaremos alguns exemplos dos valores modais de ‘poder’, conforme a tipologia acima apresentada.

Para o valor epistêmico de *não exclusão*, podemos utilizar, entre outras, as expressões *é possível que* e *não está excluído que*²⁶, como verificamos no exemplo:

(28) A esta hora o professor já pode estar em casa,

em que podemos utilizar a glosa *é possível que a esta hora o professor esteja em casa*, ou seja, S_0 não tem conhecimento de fatos que possam excluir a validação da relação predicativa num outro espaço enunciativo.

Para os valores não epistêmicos de *possibilidade*, *permissão*, *capacidade*, temos, respectivamente:

(29) Com o dinheiro que recebeu, Ana pode agora comprar sua casa.

(30) A professora disse que o aluno podia sair cedo.

(31) Após muitos treinos, Paula pôde saltar do trampolim.

Campos (1998, 289) diz que os valores complexos (*concessão*, *testemunhal*, *exclusão*) de ‘poder’ não podem ser definidos em alternativa, como epistêmicos ou não epistêmicos, pois as duas componentes co-existem na construção desses valores modais complexos.

O valor de **concessão** situa-se claramente na categoria dos que não podem ser enquadrados numa classificação rígida de valores epistêmicos ou não epistêmicos. Alguns exemplos retirados de Campos (1998, 290):

A: Com certeza foi a Ana que deu a notícia aos jornalistas.

B: Não, não. Não sei, ela pode saber o que se passa, não digo que não. Mas uma coisa é certa: ela não disse nada aos jornalistas. Nem sequer os viu.

Vejamos por que isso ocorre. O enunciador locutor (S_1) em B não assume a relação inter-lexis de causa e consequência, pré-construída, entre <p> (<a Ana

²⁶Veremos esse tipo de ocorrência com *poder* no futuro.

saber o que se passa>) e <q> (<a Ana dar a notícia aos jornalistas>), mas assume a asserção de <p>. Assim, S₁ não constrói a asserção negativa, mas a 'desasserção' de <p>, ou seja, subjacente à asserção de <p> são validadas ocorrências abstratas que se situam no interior do domínio nocional.

Ao reconstruir o domínio na sua totalidade, reintroduzindo E, com percurso das ocorrências situadas em E e I (*ela pode saber o que se passa*, isto é, 'não está excluído que ela saiba o que se passa'), S₁ está construindo a desasserção.

Ao lado disso, tem-se a validação das ocorrências negativas de <q> (*ela não disse nada aos jornalistas*), ocorrendo então a negação da relação causa e consequência pré-construída. Mas apesar de validar <p> (valor de não exclusão de 'poder'), S₁ valida igualmente as ocorrências de <não-q>, o que quer dizer que da validação de <p> não decorre necessariamente a validação de <q>.

Assim visto, podemos também concluir que o valor modal concessivo é construído pelo locutor-enunciador como uma constatação sobre um estado de coisas que é exterior à enunciação.

O valor modal **testemunhal** de 'poder' ocorre, principalmente, em contextos 'poder V(assertivo) que p', em que o verbo assertivo pode ser 'dizer', 'informar', 'afirmar', entre outros; além disso, podem indicar um compromisso em relação à verdade do acontecimento lingüístico subjacente à completiva quando são construídos enunciados com os verbos 'jurar', 'garantir', 'assegurar'.

Esse valor testemunhal possui um valor complexo (com uma componente com valor epistêmico e outra com valor não epistêmico) porque, na componente não epistêmico, temos o valor de possibilidade; e, com a componente com valor epistêmico, é definido em contextos em que a forma 'posso' é marcador de um valor de asserção da relação predicativa modalizada. Vejamos isso em exemplo:

(32) Posso afirmar que o Carlos não é feliz no novo casamento.

em que a construção modal 'posso V (assertivo) que p' tem em 'posso' a garantia da veracidade do explicitado em "p" (*que o Carlos não é feliz no novo casamento*).

Vale acrescentar que o valor testemunhal está igualmente presente nas ocorrências com o futuro do pretérito construído, principalmente, no discurso

jornalístico. Apenas, ressaltamos que, com o verbo ‘poder’ a garantia de verdade do enunciado é de responsabilidade do sujeito enunciador e, nos enunciados jornalísticos, a responsabilidade não é mais do sujeito locutor, já que aquele se recusa a assumir o conhecimento construído.

Na verdade, no valor testemunhal jornalístico, temos a construção de um sujeito enunciador fictício. Vejamos como ficaria manipulando o exemplo (32):

(32)a. Fontes do jornal afirmam que o Carlos não seria feliz no novo casamento.

Nesse exemplo, ao utilizar o verbo ‘ser’ no futuro do pretérito, o enunciador distancia-se da asserção feita, atribuindo essa responsabilidade a outrem, no caso, a ‘fontes do jornal’. Subjacente à construção do futuro do pretérito, tem-se um sujeito fictício (S_0^1) que é o sujeito enunciador que realmente valida a informação veiculada. A construção de S_0^1 marca, assim, uma distância do sujeito enunciador (S_0).

E, concluindo os valores complexos do verbo ‘poder’, passemos ao valor de **exclusão**.

Esse valor se refere a um valor modal marcado em ‘não poder’, em ocorrências em que a negativa não se refere à negação de ‘poder’ e sim a toda a asserção construída. Constatamos essa característica ao se estabelecer o contraste entre os exemplos abaixo que foram compilados em Campos (1998, 304):

Há muitos dias em que de manhã as ceifeiras não podem trabalhar porque dado à humidade (*sic*) não se pode ceifar o pasto. (PF 278)

Um doutor não pode saber disso, sabe o artista. (PF 55)

No primeiro exemplo, nas duas ocorrências de ‘N poder’ não encontramos o valor de exclusão. Temos duas relações de localização interlexis: *as ceifeiras não trabalham* que está localizado em relação à causa *não se pode ceifar o pasto* e *não pode ceifar o pasto* está localizado, como consequência, em relação à causa *dado à humidade (sic)*. Há dessa forma a negação do valor de possibilidade de ‘poder’, não constituindo, portanto, um valor de exclusão.

No segundo exemplo (*Um doutor não pode saber disso, sabe o artista*), há um caso de valor complexo, pois encontramos o valor de exclusão na ocorrência de “poder”. Campos (1998, 304-305) considera o sistema de localização circular, já que não há um contexto que fundamente a asserção. Vale destacar a explicação da autora para as operações subjacentes à construção desse enunciado:

- (i) construção da classe de valores de ocorrências abstractas da noção /doutor/;
 - (ii) extracção de um elemento qualquer da classe – operação marcada pelo indefinido “um”;
 - (iii) localização desse elemento em relação a uma propriedade definitória dos elementos da classe: “um doutor não sabe disso porque saber disso não faz parte das propriedades definitórias da noção /doutor/”.
- Assim, os juízos modais com valor de exclusão são freqüentemente de tipo tautológico: “não pode p porque não (pode) p”.

É importante, finalmente, observar que o valor semântico básico de *poder* faz parte da operação de percurso e que esse valor pode ser representado pela combinação de dois planos: o aorístico e o enunciativo. No aorístico, construído numa situação fictícia Sit_0^1 , o enunciador fictício validará as ocorrências <p> ou <não-p>. Essa propriedade epistêmica básica de ‘poder’ ainda o distingue do valor epistêmico de ‘dever’. I e E são construídos como abertos para ‘poder’, pois é representado por um domínio nocional em que o interior e o exterior são da mesma forma possíveis de serem considerados, podendo caracterizar uma equiponderabilidade.

A equiponderabilidade do verbo *poder* é definida pela possibilidade de serem validadas duas ocorrências epistêmicas dos valores modais desse verbo. Ou seja, essa característica de ‘poder’ traduz o que, em lógica, se designa por ‘conversão complementar’ – a possibilidade de ‘p’ implica a possibilidade de ‘não-p’ (Campos, 1998, 257). Isso pode ser constatado no exemplo dado por essa autora: *Eu não vou no elevador porque ele pode avariar e depois não podemos sair*, no qual a possibilidade de <p> não elimina a construção de <não-p> no mesmo enunciado já que se constrói no plano da enunciação a relação predicativa <ele pode avariar> que representa uma situação fictícia <ele avariar>.

6.3

Indicativo e Subjuntivo

Ao iniciar esta parte do trabalho, explicitamos em primeiro lugar a questão da nomenclatura dos termos (indicativo e subjuntivo/conjuntivo²⁷) destacada por Said Ali ([1921] 2001, 237) logo no início do estudo que realiza acerca desses modos:

Primeiro que tudo convém esclarecer uma questão de terminologia. Indicativo é o termo consagrado pelo uso. À dúvida entre conjuntivo, que significa “modo unido, conjunto”, e subjuntivo, que indica “modo subordinado”, responde-se que nenhum dos dois termos exprime com exatidão o que seja o respectivo modo verbal.

Sobre o subjuntivo, Said Ali explica que esse modo não ocorre apenas em orações subordinadas, mas também em orações principais, que é, como diz o autor, justamente o mais antigo uso desse modo. E, ainda, acrescenta que a linguagem não criou um modo especial para o verbo da oração dependente, nem essa função é privativa do conjuntivo e, além disso, há inúmeros casos de oração subordinada em que, pelo contrário, o uso do indicativo é mesmo obrigatório. E, assim, em função da “liberdade de escolha”, Said Ali explica que opta pelo designativo *conjuntivo*.

Said Ali se refere ainda à conceituação do indicativo e do conjuntivo, que comumente são identificados como o modo da “certeza ou realidade do fato”, para aquele, e o modo da “irrealidade ou incerteza” para este, explicitando que essa definição que objetiva apenas a “oposição de idéias” ou o “pólo contrário” não é adequada ao emprego do conjuntivo. Segundo esse autor, o estudo do conjuntivo é complexo, a começar justamente pela própria origem das funções do conjuntivo às quais se juntaram as funções, ainda no latim, do optativo, que em outros idiomas indo-europeus “constituía um modo à parte”.

Sobre os valores do indicativo e do subjuntivo acima indicados por Said Ali, Campos (1997a, 541) nos diz que a oposição normalmente identificada entre os dois não dá conta da distinção das possibilidades a serem construídas para o exemplo (33) abaixo, em que o modo subjuntivo é marcador de um valor modal

²⁷Usaremos a designação *conjuntivo*, quando se referir à forma utilizada em Portugal.

que afeta todo o enunciado e determina um valor de (*não*) *saber* diferente do que co-ocorre com o modo indicativo. Assim, a autora mostra que em (33a.) a escolha de um dos valores não depende necessariamente do sujeito S (sujeito sintático de *não saber*) e sim de fatores externos. Já em (33b.), a escolha para validar <eu ir à praia> depende inteiramente da decisão de S. Ou ainda, nestes exemplos, *não saber* em (33a.) significa “não ter conhecimento”, em (33a.), “(ainda) não ter decidido”:

(33). *Não sei se F (Indicativo / Conjuntivo)*

a. *não sei se vou à praia.*

b. *não sei se vá à praia.*

Vale registrar que, ao contrário do acima mostrado, no Português Europeu, não há similaridades no Português do Brasil. Ou seja, a oposição entre indicativo e subjuntivo se anula e se tem apenas a alternativa no indicativo, independentemente de fatores externos ou de decisão interna de S.

A alternativa, também citada por Campos (1997, 542), em que há a manipulação sobre a pessoa gramatical do sujeito sintático da completiva, mudando (33a.) para ‘*não sei se o João vai à praia*’, também não possui similaridade de uso no Português do Brasil. O que igualmente ocorre com a manipulação para o discurso relatado:

(34)a. Carlos disse que não sabe se vai à praia.

b. (?) Carlos disse que não sabe se vá à praia.

Em (34)b, ocorrência com o subjuntivo, para o Português do Brasil, não há, conforme foi atestado com numerosos falantes, correspondência de uso.

Assim, de qualquer forma, tanto em Português Europeu, quanto no Português do Brasil, não há uma oposição de idéias em que sejam marcados valores de “certeza ou realidade do fato”, para o indicativo, ou de “irrealidade ou incerteza” para o subjuntivo. A confirmar isso vejamos os exemplos abaixo:

(35)a. *Lamento que está doente.

b. Lamento que esteja doente.

Nos exemplos (35), temos uma apreciação sobre enunciados construídos no indicativo e subjuntivo, (35)a. e (35)b. respectivamente. A apreciação recai sobre uma asserção pré-construída (o fato de 'estar doente' é dado como certo, validado numa outra situação de enunciação) em que apenas no subjuntivo temos uma frase bem formada, ou seja, apesar de ter-se construído um valor apreciativo sobre uma certeza, o verbo não pode estar no indicativo.

Teresa Oliveira (2002, 420) propõe que os vários usos do subjuntivo sejam sintetizados em torno do conceito de distanciamento, conforme explicitado acima em Campos & Xavier. O subjuntivo seria assim um marcador de distanciamento entre o enunciador e a validação da relação predicativa. Essa autora apresenta duas formas de existência do distanciamento: *construção de uma possibilidade* e *construção de uma distância subjetiva*.

Para a *construção de uma possibilidade*, considera-se que o subjuntivo exprime uma mira do sujeito enunciado, e, assim sendo, este, tendo um conjunto de possibilidades em aberto, vai percorrer os valores possíveis e selecionar um deles, sem poder, contudo, rejeitar os outros valores. Para que isso ocorra, ou seja, considerar todas as possibilidades em aberto, o sujeito enunciador cria uma distância em relação a essas possibilidades.

Para a *construção de uma distância subjetiva*, no uso do indicativo, o sujeito enunciador assume a validação da relação predicativa; no subjuntivo, o sujeito enunciador mantém distância, não se responsabilizando pela validação.

Numa proposta de abordagem enunciativa, em que se apresenta a distinção entre os valores modais do indicativo e do subjuntivo, podemos recorrer ao que disseram Campos & Xavier (1991, 342), na parte em que se referem à modalidade apreciativa, a partir do parâmetro S em que este assume a validação ou a não-validação da relação predicativa, a saber:

O modo indicativo marca a validação ou não-validação da relação predicativa em Sit₀, isto é, a construção de um valor de asserção estrita; (...) o modo conjuntivo marca que a relação predicativa não foi validada nem não-validada em Sit₀. Pode ter sido construída como validável ou não validável (desejo que eles cheguem, duvido que eles cheguem), mas pode também ter havido validação (ou não-validação) dessa relação predicativa, isto é, construção de um valor de asserção estrita, mas numa situação de enunciação distinta de Sit₀.

6.4

Futuro

Como é sabido, usam-se as nomenclaturas *Futuro do Presente* e *Futuro do Pretérito*, nas gramáticas pedagógicas brasileiras. As gramáticas de Portugal adotam os termos *Futuro* e *Condicional*. Neste trabalho, usaremos tanto a nomenclatura brasileira quanto a portuguesa.

O futuro pode ter valor temporal, valor modal e valor complexo. Este último se caracteriza pela ambivalência do temporal e do modal, ou seja, a um enunciado se atribuem duas interpretações cumulativamente e não em alternância (Campos, 1998, 65).

Existem algumas discussões sobre a possibilidade de existência exclusiva do futuro temporal. Sobre isso Fiorin (1996, 250) argumenta:

Weinrich, em seus estudos, afirma que as formas temporais não exercem propriamente a função de localização temporal, mas servem para situar o leitor ou o ouvinte no processo comunicacional. O pretérito perfeito (no caso o *passé simple*), o imperfeito, o *mais-que-perfeito*, o futuro do pretérito e o passado anterior indicam que o enunciador está narrando, enquanto o presente, o pretérito perfeito (no caso, o *passé composé*) e o futuro do presente mostram que o narrador está comentando os eventos. Por isso, ele afirmava que há dois sistemas temporais nas línguas, o do mundo narrado e o do mundo comentado.

Trataremos do valor temporal neste trabalho apenas para subsidiar a análise do valor modal, pois nosso objetivo é explicitar as operações subjacentes à construção do futuro, tanto do *Futuro do Presente* quanto o *Futuro do Pretérito* ou *Condicional*, enquanto marcador enunciativo de modalidade.

Reforça ainda mais essa opção pelo valor modal a constatação, realizada por inúmeros estudiosos, da pouca frequência das ocorrências de futuro temporal em português, como identificada por Campos (1998, 240):

Esta tendência que, de forma não controlada, observo em português, foi constatada em estudos estatísticos feitos sobre o alemão contemporâneo. Segundo os números fornecidos por Gelhaus (1968:19) (citado por Weinrich [1964] 1973: 105), o total das formas de futuro simples e composto é de cerca de 1% do total das formas verbais finitas que foram tratadas. Usando porém um corpus de textos jornalísticos, esse total pode atingir 5%. Mas, salienta ainda Weinrich (*ibid.*: 74), a maior parte das formas de futuro são utilizadas com valor modal. Um estudo estatístico sobre o português levaria sem dúvida a conclusões idênticas (ver, entre outros, Carvalho 1969 e Lyons 1977, 816).

6.4.1

Futuro como marcador temporal

Mateus *et alii* (2003, 158, 256) questionam o valor temporal do *futuro* e do *condicional* a partir da consideração de que os enunciados localizados nesse intervalo de tempo não expressam posterioridade em relação ao momento da enunciação, ao contrário dos enunciados localizados em anterioridade (passado) ou simultaneidade (presente). Além disso, argumentam que o valor temporal não contém nenhuma carga semântica, o que é peculiar ao *modo*, daí essas autoras admitirem também, como vários outros autores, o *futuro* e o *condicional* como modos e não tempos, já que em inúmeras ocorrências as duas formas verbais apresentam alguma especificidade semântica.

Há mesmo assim a afirmação da existência de futuro apenas temporal, conforme diz Campos (1989, 208, nota 5):

Aceito a existência, em português, de um valor de futuro exclusivamente temporal, facto que é muitas vezes posto em dúvida em virtude do carácter ‘não certo’ da realização de um acontecimento localizado num tempo posterior ao tempo da enunciação.

Um exemplo dado pela autora para futuro temporal: ‘Ao terceiro sinal serão cinco horas’. (Campos, 1989, 449)

Campos assevera, ainda, que a existência do futuro temporal está associada à construção de uma relação de posterioridade entre um determinado estado de coisas e um ponto de referência (1998, 240). O ponto de referência é o tempo da enunciação, no caso do futuro simples; para o futuro composto, o ponto de referência é construído intratextualmente. Como podemos verificar nos exemplos dados pela autora:

Pela primeira vez na história da Igreja um Papa **pregará**, domingo, diante de uma assembléia de Luteranos. (*Diário de Lisboa*, 10.12.83)
Se chegares depois das cinco já o Museu **terá fechado**.

A partir da definição do futuro temporal, como uma relação de posterioridade entre um determinado estado de coisas e um ponto de referência, tanto para o futuro de presente quanto para o futuro do pretérito, pois ambos

apresentam similaridades no valor temporal, podemos elencar algumas possibilidades de ocorrência dessa forma verbal, agrupadas em três pares de exemplos (eventos (36 e 37), estados (38 e 39) e formas compostas (40 e 41)), a saber:

(36) A professora informou que os alunos não estariam dispensados naquela tarde.

(37) Maria sabe que seus pais chegarão antes do anoitecer.

(38) Carlos confirmou que estaria presente no evento.

(39) Penso que todos gostarão do quadro de Portinari

(40) No momento da chegada de Laura, os alunos já terão feito todas as tarefas.

(41) Teresa imaginou que, quando Paulo chegasse, ela já teria partido para a Itália.

Existem nos exemplos acima algumas diferenças nas ocorrências de posterioridade, identificadas em pares (sendo uma ocorrência no futuro do pretérito e outra no futuro do presente). Em (36) verificamos que o futuro do pretérito *estariam* marca um valor de posterioridade em relação a *informou*, tempo que é o seu localizador. Este, por sua vez, está localizado em relação ao tempo da enunciação (T_0). O marcador temporal “naquela tarde”, que especifica o valor temporal do condicional. Análise similar se aplica ao exemplo (37): para o futuro “seus pais chegarão ao anoitecer”, o ponto de referência é “Maria sabe” (T_2) e para este o ponto de referência é T_0 . São construídos, além do ponto de referência, indicando a posterioridade, os marcadores adverbiais que especificam o valor temporal.

No segundo par de exemplos (38) e (39), o ponto de referência para o futuro do pretérito, em (38), “que estaria presente”, é “Carlos confirmou”. Assim, a posterioridade está em relação a um tempo no passado e não há localização em

relação ao tempo da enunciação (T_0). Já em (39), a posterioridade de “que todos gostarão do quadro de Portinari” localiza-se em relação ao tempo da enunciação (T_0), que se identifica com o tempo do predicado cognitivo de "Penso".

No par de enunciados (40) e (41), temos tempos que estão localizados em cadeia. Encontramos o futuro composto com valor de posterioridade, sendo que em (40) a posterioridade está em relação ao tempo da enunciação (T_0). Em (41) o ponto de referência é anterior ao tempo da enunciação: “quando Paulo chegasse” é a referência de localização de “ela já teria partido para a Itália”.

O estudo dos enunciados dos corpora comprovou a tese de que não há muita ocorrência de futuro e de futuro do pretérito e as encontradas, em sua grande maioria, estão em construções perifrásticas, explicitam o futuro modal e o futuro modal em ambivalência com o temporal.

Confirma-se, ainda, a particularidade do futuro do pretérito: o uso corrente, tanto no português europeu quanto no brasileiro, nos revela que há a tendência a realizar o futuro do pretérito como imperfeito do indicativo, mesmo em situação de língua escrita.

Cunha (1975, 310) indica também, nos diferentes empregos do imperfeito do indicativo, o uso deste pelo futuro do pretérito:

(...) (usa-se o imperfeito pelo futuro do pretérito) para denotar um fato que seria consequência certa e imediata de outro, que não ocorreu:

O patrão é porque não tem força. Tivesse ele os meios e isto virava um fazendão.” (Monteiro Lobato)

Vale destacar, neste espaço, a possibilidade de construção do futuro do pretérito/imperfeito em discurso relatado, apontada num trabalho de comparação do português com o francês, por Sousa & Araújo (2000: 564 e 565). Dizem essas autoras que o imperfeito possui dois empregos: o temporal (que não é possível, evidentemente, substituir pelo condicional) e o modal (que normalmente pode ser comutado com o futuro de pretérito/condicional).

Verificamos essa realização – uso do imperfeito pelo futuro do pretérito – no exemplo (42), que passamos a transcrever:

(42) Não devíamos nos preocupar com decisões precipitadas, mas sim a forma como elas foram tomadas.

Nesse exemplo, temos uma relação predicativa com o verbo *dever* com valor prospectivo no imperfeito do indicativo, ou seja, é construída a validação da relação predicativa numa coordenada enunciativa em que T_2 é localizado em posterioridade a T_0 . Poderíamos construir o mesmo enunciado no futuro do pretérito e teríamos o mesmo valor modal:

(42)a Não deveríamos nos preocupar com decisões precipitadas, mas sim a forma como elas foram tomadas.

Assim, na verdade, o enunciador construiu a validação da relação predicativa numa coordenada de anterioridade, mas com valor de uma coordenada de posterioridade, nessa ocorrência particular do imperfeito do indicativo, em (42). Ao validar a relação predicativa, o enunciador realizou uma operação enunciativa, localizando no espaço referencial uma relação saturada com valor modal deôntico.

O valor de suputação, como já visto, é um juízo que resulta da inferência do enunciador-locutor, a partir de seu próprio conhecimento indireto a respeito do estado das coisas, referido pela relação predicativa modalizada. Para Culioli, um enunciado tem valor modal de *suputação* a propósito de qualquer coisa certa, construída a partir de uma certeza, como por exemplo: em lugar de dizer “ele vem”, diz-se “ele deve vir”. É a certeza marcando o futuro. A síntese apresentada por Culioli sobre o valor modal de suputação pode ser analisada em um conjunto de características, como as que definem a modalidade epistêmica e as operações subjacentes à diversidade dos valores modais do verbo *dever*.

Ainda ao validar relação predicativa no exemplo 31, com o modal *dever* no imperfeito, construído com o infinitivo *preocupar*, o enunciador realizou uma interdependência dos valores referenciais de aspecto e modalidade. Como o infinitivo não possui marcas de temporalidade, coube ao modal *dever*, no imperfeito (tempo gramatical marcador da construção abstrata de um ponto de referência situado no passado em relação ao tempo da enunciação) manifestar o valor da suputação, ou seja, efetivar a translação de T_1 em direção a T_2 , sendo $T_1=T_0$, tempo da validação da relação predicativa.

Tendo o imperfeito um significado aspectual de *continuidade*, de *duração*, essa duração vai corresponder exatamente à duração da suposição abstratamente deslocada para um ponto T_1 coincidente com T_2 .

Parece-nos também que o valor modal de suputação pode provocar uma ambigüidade quanto à interpretação do tempo construído pelo verbo *dever*, ou seja, pode ser interpretado tanto como anterioridade ou posterioridade em relação ao tempo da enunciação, considerando $T_0=T_1$.

6.4.2

Futuro com valor complexo

Outra discussão pertinente a explicitar-se neste estudo é a condição de marcador modal atribuída ao *futuro* (tanto do presente quanto do pretérito), a que já nos referimos no início deste capítulo. A própria diacronia dá conta disso. Câmara Jr. (1970, 140) nos dá essa explicação:

(...) a categoria de tempo, de funcionamento mais puro e mais amplo, repousa essencialmente na dicotomia PASSADO / PRESENTE, exprimindo no presente os fatos vindouros em que não há uma tonalidade modal, como exemplificamos (...) com o português – vou amanhã (...). O destaque de um FUTURO lidimamente temporal realizou-se tardiamente como uma elaboração da língua culta, que ainda hoje dificilmente encontra guarida na língua coloquial. Por isso, perdeu-se o futuro em romance por sua falta de emprego no latim vulgar, onde só se usava um futuro volitivo ou obrigatório (cf. *cantare habeo* equivalente de início ao nosso – hei de cantar).

Além disso, Câmara Jr. (*Ibidem*, 124) explica que primitivamente o futuro se apresentava sob as formas desiderativas. Essas formas, diz o autor, expressavam o desejo da realização de um acontecimento no futuro, comparadas às formas sigmáticas, do grego ou do sânscrito, ou às formas subjuntivas do latim, ou ao modo obrigatório ou volitivo do alemão.

Sobre o futuro do indicativo, Lopes (1972, 246), por sua vez, destaca que o “futuro do indicativo” funciona muitas vezes, na 1^a ou na 3^a pessoa, como modo da promessa ou intenção (“Amanhã irei”). Além disso, Lopes diz que o exame das suas funções e da sua sintaxe em português e em outras línguas mostra que ele se aproxima muitas vezes do imperativo (“Amanhã farás isso”); entretanto, outra das suas origens, ou reais funções, liga esse futuro ao modo potencial, em

que também melhor se reconheceria uma gama que vai desde a asserção necessária, apodítica, autorizada, solene ou categórica, até à expressão de certeza subjetiva, alta probabilidade, possibilidade, improbabilidade, irrealidade, impossibilidade.

Segundo ainda Lopes, as línguas vivas têm neste domínio numerosos recursos flexionais e lexicais, bastando, quanto ao português, refletir sobre os contrastes de cláusula condicional (“Se (=porque) penso, existo”; “irei, se ele permitir”; ‘iria, se ele permitisse”), os chamados “advérbios” de dúvida, afirmação, confirmação, os paradigmas semânticos verbais de “ser possível”, ou “poder”, “julgar”, “supor” etc.

A discussão acima passa, então, pela compreensão de *modalidade*. E, como vimos anteriormente, esse conceito tem sido com frequência relacionado ao estudo do modo verbal, mais particularmente ao estudo do indicativo e do subjuntivo/conjuntivo. Veremos agora, separadamente, os valores modais do futuro do presente e do futuro do pretérito.

6.4.2.1

Futuro do presente

O valor modal marcado pelo *futuro do presente* nos enunciados estudados apresenta, em sua maioria, características epistêmicas e quando são construídos enunciados não epistêmicos, normalmente, esses valores apresentam características deônticas. Encontramos, por exemplo, com valor epistêmico:

(43) As propostas serão facilmente aprovadas.

Em (43) temos um marcador epistêmico no verbo *ser*, construindo uma asserção estrita positiva, em que S_0 valida a relação predicativa, e expressando o seu grau de certeza em relação ao acontecimento construído.

O verbo *dever*, como vimos no capítulo dos verbos modais, pode ter valor epistêmico ou não epistêmico. Isso ocorrerá também na construção desse verbo no futuro. A caracterização do valor epistêmico tem como parâmetro a localização temporal da relação predicativa modalizada.

Campos (1998, 73) recorre a Lyons para mostrar uma especificidade de *dever*, identificando dois tipos de modalidade epistêmica para esse verbo: a objetiva e a subjetiva.

Assim, a modalidade objetiva, que exprime o ponto de vista do lógico, considera que um conhecimento é objetivo quando é universal. Encontramos, também, esse valor modal (construído no futuro) em outros verbos, como no enunciado, com o verbo *mostrar*:

(44) Os ingleses mostrarão que sempre estarão à frente de negociações, já que possuem estabilidade monetária.

Nesse enunciado, o valor modal assinala a validação da relação predicativa, construindo um enunciado com valor de asserção estrita positiva. O S_0 , valendo-se do conhecimento – universal – da estabilidade da moeda inglesa, valida a relação predicativa modalizada, num T_2 .

A modalidade subjetiva, pelo contrário, baseia-se numa informação subjetiva, no modo de o enunciador encarar o mundo, exprimindo um conhecimento *indirecto, construído como uma interpretação de indícios que constituem, esses sim, conhecimento (construído como) directo do enunciador*. (Campos, 1998, 73)

É, nesse tipo de modalidade, que se enquadram muitas ocorrências de *dever*, estendendo-se, também, ao verbo *poder* quando este exprime uma possibilidade epistêmica e não um tipo de necessidade epistêmica, como no enunciado com verbo *poder* no futuro a seguir:

(45) O equilíbrio dos partidos políticos poderá ser determinante num processo sucessório de governo.

Em (45) temos, além da subjetividade epistêmica, marcada pelo conhecimento que S_0 tem subjetivamente do tema tratado, a construção do valor epistêmico de não exclusão, que assinala uma possibilidade epistêmica do verbo *poder* (Campos, 1998, 260), ocorrendo em ambivalência o valor temporal e o modal. O evento assinalado em *poder* tem como ponto de referência o tempo da enunciação.

Para o valor epistêmico de não exclusão de *poder*, podemos ter a seguinte glosa: em T_0 eu (S_0) declaro que não tenho conhecimento de fatos que excluam a (possibilidade de) validação, em T_2 , da relação predicativa modalizada $\langle p \rangle$.

Para o enunciado de (45), podemos, então, ter:

(45)a. Neste momento, eu declaro que não tenho conhecimento de fatos que excluam a possibilidade de o equilíbrio dos partidos políticos ser determinante num processo sucessório de governo.

Voltando ainda ao valor modal do futuro construído com o verbo *dever*, vejamos exemplo com valor modal não epistêmico:

(46) Você deverá estar pronto às 19h para o jantar.

Constatamos um enunciado não epistêmico com valor deontico, porque S_0 descreve um estado de coisas representado na relação predicativa complexa $\langle a \text{ dever } r \text{ } b \rangle$ que é localizada no sistema referencial construído na e pela enunciação (Campos, 1998, 158), em que o co-enunciador (“você”) recebe uma ordem que terá de cumprir (“estar pronto às 19h para o jantar”). Tem-se no exemplo a construção de uma asserção estrita, confirmando a possibilidade de construção desse valor modal. Nesse exemplo, o futuro é marcador do valor deontico e o valor modal de *dever* é construído em ambivalência com o valor temporal.

Como se afirmou anteriormente, para *dever* não epistêmico, Campos (1998, 137) propõe a seguinte tipologia: valor *deontico* e valor de *previsão*.

Para explicitar esse valor complexo, podemos recorrer à *operação de mira*, explicitada em Culioli como uma propriedade do futuro (Culioli, 1990, 146), que consiste em visar, entre os valores da classe de ocorrências lingüísticas, o que validará a relação predicativa numa Sit_2 , partindo de uma situação de enunciação origem, numa coordenada temporal T_2 .

Na *operação de mira*, constrói-se um hiato entre Sit_0 e Sit_2 . Daí resultam três componentes:

- a temporal, quando o hiato corresponder a uma distância cronológica;
- a modal, se o hiato não corresponder a uma distância cronológica;
- e a complexa (simultaneamente temporal e modal), quando uma componente domina a outra e T_2 é posterior ao tempo da enunciação origem.

No enunciado (46), temos uma operação de mira complexa, a saber:

- o hiato vai corresponder à distância cronológica, construída com o futuro localizado em relação ao adverbial temporal (às 19h) que é o alvo da componente temporal da mira;
- o hiato não vai corresponder apenas à distância temporal, a componente modal está construída e domina a componente temporal, ou seja, a validação vai ser construída em T_2 e T_2 é posterior a T_0 .

Além da *operação de mira*, presente no futuro, como afirma Culioli, temos, na relação predicativa modalizada “deverá estar pronto às 19h para o jantar”, uma relação predicativa saturada, indicando que o S_1 do enunciado validou a relação predicativa, perspectivada no futuro.

Outros exemplos, retirados do corpus, poderiam ser citados com o futuro epistêmico, marcador de modalidade, com valores bem diversos, tais como previsão (47), (48) e condição (49):

(47) “A Plataforma de Acção e todas as declarações que têm saído das Conferências Inter-governamentais continuarão a ser levadas à prática de forma deficiente e lenta enquanto a sociedade civil nem sequer tiver conhecimento, na sua maior parte, do conteúdo desses documentos que, no entanto, são elaborados no sentido de melhorar as suas próprias vidas.” (Isabel Martinho)

(48) “Se não conseguir articular e agregar os interesses dos sectores sociais visados por estas medidas governativas, o PSD perderá a primeira grande oportunidade de reconstruir a sua base de apoio.” (Vasco Rato)

(49) “A chave para o êxito passará pela definição clara e mobilizadora dos grandes objectivos nacionais pela capacidade de motivar os agentes de mudança e de instalar na sociedade, em todos os seus quadrantes, o primado da confiança contra o descrédito e o cepticismo”. (Jorge Lação)

Nesses três últimos exemplos, há uma similitude na construção do valor modal: nos três enunciados há sempre um objetivo a atingir, mas existe algum obstáculo que impede a realização desse objetivo.

No exemplo (47), o obstáculo se constrói com o marcador *enquanto*; no (48), temos uma construção condicional com *se* (*se p-q*), em que o futuro com valor aorístico constrói um valor modal de previsão; e, no exemplo (49), a previsão se condiciona à *definição clara e mobilizadora dos grandes objectivos nacionais pela capacidade de motivar os agentes de mudança e de instalar na sociedade, em todos os seus quadrantes, o primado da confiança contra o “descrédito” e o “cepticismo”*.

Na língua francesa, os modais *devoir* e *pouvoir* somente se combinam com a forma em “-r” do futuro quando têm valor não epistêmico e, portanto, a ocorrência de *devoir* e *pouvoir* no futuro permite reconhecer tratar-se de um valor não epistêmico e, no entanto, distinto de *aller*, verbo pleno de movimento, que se distingue de *aller* enquanto verbo auxiliar que, neste caso, não ocorre no futuro, por ser ele próprio um auxiliar do futuro.

Agora, vejamos outro exemplo:

(50) “No entanto, se não colocarmos em cima da mesa, como prioridade nacional, a discussão do crime organizado e da legislação — não apenas desestimuladora, mas também, e principalmente, uma nova legislação que equipe as forças policiais e militares para a investigação e a repressão — o que veremos será — se já não o é — uma triste combinação entre a permissividade e a “justiça” pelas próprias mãos.” (Cesar Maia)

O que se vê no exemplo (50) é, também, a construção pelo autor da validação do enunciado em que ele próprio já construiu a resposta.

6.4.2.2

Futuro do Pretérito / Condicional

Mostraremos agora outras ocorrências com diferentes valores modais para o futuro do pretérito/condicional, que valem ser destacadas. Como mencionamos no início desta parte, o futuro pode ter valor temporal, valor modal e valor complexo. Nosso estudo não focaliza, no entanto, o valor temporal, como também já explicitado, haja vista ser nosso objetivo explicitar uma contribuição ao estudo do futuro enquanto marcador enunciativo da modalidade.

Como o futuro do presente, o futuro do pretérito é uma forma, que resulta da perífrase latina infinitivo + verbo *habeo*. Existem várias afinidades entre os dois tempos, a saber: o diminuto emprego temporal de ambos, a predominância dos empregos modais dos dois tempos, e a paridade em certos empregos modais dos dois tempos.

Na grande maioria das vezes, o futuro do pretérito/condicional tem valor de construção hipotética, mas, nos exemplos (51) e (52), não se tem esse valor de asserção fictícia, já que o enunciador não está construindo uma relação predicativa a ser validada pelo co-enunciador, como na construção interrogativa em que o sujeito-enunciador transfere a validação de relação predicativa para o seu co-enunciador: na verdade, ele próprio constrói uma assertiva.

Vejamos os exemplos:

(51) Teriam elas feito essa escolha, se tivessem tido outra oportunidade?
(Isabel Martinho)

(52) Teriam elas desejado alterar essa situação sem terem tido a possibilidade, por serem dependentes? (Isabel Martinho)

No exemplo (51), temos em Sit₀ um sujeito enunciador que constrói um valor modal de asserção estrita a partir da validação da relação predicativa, apesar da interrogação, pois na verdade, como vimos anteriormente e agora retomamos, trata-se de uma interrogação retórica:

(...) a interrogação dita retórica é uma asserção e não uma verdadeira interrogação. Sendo assim, se ao interrogar, o enunciador está a construir uma asserção, é porque a interrogação contém a sua própria resposta. (Campos e Xavier, 1991, 347)

Ainda no exemplo (51), a construção condicional (*se p, q*) foi construída com a prótese não topicalizada, ou seja, $\langle p \rangle$, termo localizador, aparece depois do $\langle q \rangle$, termo localizado. Há ainda, na construção da significação, uma retoma a um construído intratextualmente com o pronome *essa*.

Em (52), a construção retórica é a mesma: validação de uma relação predicativa no domínio do certo, ou seja, o próprio sujeito-enunciador valida essa relação predicativa, construindo uma asserção e não uma interrogação.

O futuro do pretérito marca sempre a construção de um localizador fictício e de um hiato. No emprego do futuro do pretérito com valor temporal, a forma verbal é, sempre, marcador de posteridade em relação a um tempo localizador que é anterior a T_0 , mesmo que a relação predicativa expressa no condicional possa ter valor de posterioridade ou de anterioridade em relação ao tempo da enunciação-origem T_0 .

Passemos a outros exemplos:

(53) “Um debate parlamentar que poderia criar dificuldades políticas maiores ao governo promete agora ser pacífico.” (Vasco Rato)

(54) “Este, e Lobo Xavier, eram os únicos que poderiam credibilizar um partido desnordeado e em franca decadência.” (Vasco Rato)

Assim, para os exemplos (53) e (54), temos a construção de uma componente temporal combinada com o modal, num valor complexo do futuro do pretérito/condicional e esse equivalendo ao imperfeito. Nos dois exemplos, coincidentemente temos um pré-construído, na relativa restritiva, modificando o *N* do enunciado anterior, numa operação de determinação. Podemos dizer, então, que a determinação contribui para assinalar a natureza de não exclusão também do verbo *poder*.

A modalidade expressa, assim, nesses casos, é a epistêmica, ou uma assertividade com valor de não exclusão, pois nos dois exemplos há a não

exclusão das possibilidades expressas pelo verbo *poder*, já que esse verbo contém, subjacentemente, uma equiponderação. Assim, em (53), *um debate que poderia criar dificuldades* o verbo *poder* incluiu, ou não excluiu, a possibilidade de que *dificuldades políticas* podiam ter surgido.

Da mesma forma, no exemplo (54), *poder* assinala uma modalidade epistêmica de não exclusão. A não exclusão fica ainda mais reforçada se verificarmos que o pré-construído assinalado em *que* substitui *os únicos*.

O futuro do pretérito epistêmico é encontrado em alguns casos particulares, em muitas gramáticas consideradas “tradicionais”, como atenuação ou forma polida do presente (Rodrigues, 2001, 79). Em certos enunciados, o valor de atenuação resulta efetivamente do fato de que o enunciador-locutor não assume a asserção das relações predicativas por ele construídas, donde a atenuação é, portanto, a construção de uma relação predicativa como validável sem a construção da asserção da mesma.

O futuro do pretérito marca, por conseguinte, que o enunciador não assume a asserção do conteúdo enunciativo, e tal fato pode ser aplicado tanto em frases interrogativas quanto em exclamativas. A esse respeito, Rodrigues destaca a existência do condicional (futuro do pretérito) jornalístico, no sentido em que

há claramente a retoma de uma asserção anterior. Perante essa asserção, ou o enunciador manifesta, através do condicional, a sua surpresa em relação ao conteúdo enunciativo, ou a indignação face à informação veiculada. O valor de indignação resulta da não asserção (ou desasserção) da asserção anterior que o enunciador retoma. Mais uma vez, o condicional é marcador ‘de la non-prise en charge par le locuteur de ce qui est affirmé’.

Para encerrar esta parte dedicada ao futuro do pretérito como marcador de modalidade, há que se destacarem alguns aspectos apontados por Said Ali. Para isso, recorreremos a Câmara Junior (1972: 187-188), que, a propósito das idéias gramaticais de Manuel Said Ali, nos diz que este autor compreende as

formas verbais em *-ria* (cantaria, temeria, partiria) como uma modalidade de futuro – que é futuro em relação a um momento focalizado no pretérito e agora no momento da enunciação pode ser passado ou não como se tem verificado e adquire por isso um valor de “irreal” (“disse que viria” – a vinda foi prevista como um fato futuro no momento em que ele falou, e no momento atual, em que se enuncia a fala, essa vinda já se deu ou deixou de se dar, isto é, é fato passado ou fato irreal). Epifânio Dias, o grande sintaticista português, sentiu esse caráter de “futuro do pretérito” das formas verbais em *-ria*, mas não se descartou da

antiga noção de “modo condicional”, que lhes era tradicionalmente atribuído, e imaginou duas formas homônimas, para cada verbo, conforme o tipo de frase: “disse que viria” – futuro do pretérito; “se pudesse, viria” – modo condicional. Já Said Ali prende, muito mais coerentemente, a segunda construção à primeira, mostrando que viria, na segunda, está condicionada ao pretérito pudesse, tanto que com pode ou puder vamos ter respectivamente outras formas – “se pode, vem”, “se puder, virá”.

6.5

Imperfeito

O imperfeito é marcador de uma operação de modalidade que vai se caracterizar pela ambigüidade do valor temporal e o valor modal.

No valor temporal, o imperfeito assinala uma translação, marcando a construção de um localizador (ou sistemas de localizadores) a partir de um outro localizador: o localizador origem. Nesse sentido, justifica-se o uso do imperfeito para marcar a localização de um tempo sobrepondo outro no passado, como em:

(55) A aluna lia jornal quando o professor chegou.

Verificamos que, no exemplo, a chegada do professor está localizada em relação ao tempo em que a aluna lia jornal, e não em relação à situação de enunciação em que foi construído o enunciado (55).

Dias (1970, 185-188) identifica, entre outros, alguns empregos do imperfeito, a saber:

→ quando, transportando o pensamento a uma época passada, descrevemos o que estava ocorrendo quando determinada coisa aconteceu:

O serviço militar tinha a natureza de eventual, porque não havia entre os visigodos exército permanente (G. Barros, III, 807)

→ quando se desejar designar explicitamente o que se estava passando no momento em que uma coisa aconteceu, de forma a não provocar confusão com a designação do que costumava acontecer, emprega-se a conjugação perifrástica com o verbo estar e o gerúndio ou com o infinitivo precedido da preposição a:

Não lhe falei, porque estava a jantar (estava jantando).

→ quando tendo começado anteriormente, continuava ainda no tempo em que se deu um fato:

Estava naquela casa havia 4 meses.

→ quando se repetia e continuava a acontecer no passado:

Vinham os estrangeiros a Roma, vinham as estátuas daqueles varões famosos, e perguntavam pela de Catão. Esta pergunta era a maior estátua de todas. (Vieira, I, 317).

Antigamente estavam os ministros às portas das cidades: agora estão as cidades às portas dos ministros. (Id., I, 541,542).

Assim, a complexidade e as diferentes possibilidades de empregos para o imperfeito nos remetem ao seu valor modal.

Ilari (1997, 9 e 10) reconhece que há uma complexidade na expressão lingüística desse tempo²⁸, que muitas vezes exprime também outros conteúdos, sobretudo de *modo* e *aspecto*. Com o exemplo *Agora eu era o herói e meu cavalo só falava inglês*, esse autor indica o valor *modal* do imperfeito:

(...) o imperfeito do indicativo foi usado não para remeter ao passado, mas para criar um mundo de faz-de-conta, e este é um típico uso modal, como o é o uso do futuro para indicar conjectura (ou fato que não se pretende verificado) em

Neste momento, o satélite canadense estará passando por cima de Maceió.

Já, com suporte na perspectiva da teoria culioliana, Sousa & Araújo (2000, 568) afirmam que o imperfeito:

pode suplementarmente estabelecer uma ruptura que lhe permite a construção do fictivo. O imperfeito, a partir da localização fictiva, introduz a construção de possíveis. É, precisamente, a ruptura que faz com que tanto o imperfeito como o conjuntivo tenham um valor (...) mais modal.

²⁸O tempo verbal é tradicionalmente analisado como um marcador cuja função principal é permitir a localização dêitica e/ou anafórica temporal de um acontecimento (Bres, 1997, 83 e 84).

Dessa forma, na semântica enunciativa, o valor modal se caracteriza pela construção de uma ruptura entre o plano enunciativo e o plano fictício. Tendo em vista essa possibilidade de valor modal para o imperfeito, vejamos o enunciado abaixo:

- (56) “Claro que havia quem fugisse logo de cá (Paris é belo e Argel tão patético!), havia quem fugisse no Ultramar, quem não fizesse as operações com a honestidade devida, quem inventasse doenças nervosas como agora se inventam traumas de guerra.” (Luís F. Pancada Fonseca)

Nesse exemplo, o enunciador recorreu ao imperfeito para construir situações fictícias, distintas de T_0 , para, nesse outro plano enunciativo, validar as relações predicativas igualmente fictícias. Ou seja, Fonseca construiu uma ruptura em Sit_0 , momento de construção do enunciado, para mostrar que numa outra situação, Sit_0^1 , *havia quem fugisse logo de cá, havia quem fugisse no Ultramar, quem não fizesse as operações com a honestidade devida, quem inventasse doenças nervosas como agora se inventam traumas de guerra.*

Vale destacar que o valor aspectual de imperfectividade continua presente nos exemplos acima descritos, pois se constroem, como dito, novas situações de enunciação, mas em plano fictício.

Para concluir, não poderíamos de citar uma construção peculiar ao português europeu do imperfeito modal, designado de *imperfeito de cortesia*, com o verbo ‘gostar’ (‘gostava’). Para tal, recorreremos à citação de Almeida (2001, 52), que o compara ao *imparfait* do francês:

Um (...) imperfeito de cortesia que também se utiliza frequentemente, sobretudo para solicitar um favor, é a forma *gostava*. Por exemplo: *Gostava de vê-lo amanhã*. A forma *gostaria* também se ouve bastante, mas representa um maior grau de cortesia, como no exemplo: *gostaria de interrogá-lo sobre o seu programa político*.

→ *J’aimerais vous interroger sur votre programme politique*. Quer ele utilize o imperfeito do indicativo quer o condicional simples, em ambos os casos, o locutor inactualiza a expressão do seu desejo, para aliviar a pressão elocutória sobre o seu alocutário.

Em francês, o uso do imperfeito, nestas condições, é muito mais raro. Ouve-se, em especial, na expressão: *Je voulais vous demander un petit service* (subentendido, *mais je n’ose pás vous le dire*). O que é modalizado, não é a vontade em si própria, mas sim a expressão dessa vontade que não ousa manifestar-se directamente.

Nessas situações, em português do Brasil, recorre-se à construção modal do futuro do pretérito (gostaria) e não ao imperfeito (gostava).

6.6

O pré-construído

O pré-construído corresponde, na teoria culioliana, a um valor modal assertivo construído numa relação predicativa distinta da relação em que está construído. Isso ocorre porque essa relação predicativa é validada pelo enunciador S_0 , numa situação de enunciação distinta de Sit_0 .

Esse conceito implica três características, a saber:

1^a - o pré-construído é de natureza lingüística, pois com sua construção se explicita que uma relação predicativa já anteriormente foi validada, verbalizada ou não;

2^a – o conceito de pré-construído é inseparável da distinção entre enunciador origem e locutor, já que estabelece uma relação entre esses elementos enunciativos; e

3^a - o pré-construído dá conta de uma grande variedade de processos de construção de determinação.

A partir dessas características, realizaremos a descrição de alguns enunciados. Começemos pelo exemplo abaixo, no qual mostraremos a co-ocorrência das características indicadas acima.

(57) Paulo gostou do doce que Maria fez.

Temos em (57) o que se compreende por pré-construído na teoria enunciativa porque nele há um enunciado em que o sujeito enunciador (S_0) construiu uma relação predicativa com uma relativa. Esse S_0 constrói a asserção *Paulo gostou do doce que Maria fez*, mas apenas parte dessa asserção está sendo

validada nessa mesma situação de enunciação. Ou seja, S_0 valida que *Paulo gostou do doce*, já a validação da relativa *que Maria fez* foi efetivada num outro espaço lingüístico, e não nesse mesmo. Concluimos, assim, que a relativa é um exemplo de pré-construído.

Encontramos outras construções, explicitadas em diversos trabalhos sob amparo na teoria de Culioli, cujas análises nos levam à interpretação do pré-construído com valor modal de asserção e, a partir dessa interpretação, e numa perspectiva transcategorial, podemos descrever diferentes fenômenos que a gramática tradicional tem abordado de forma secundária.

A seguir veremos alguns dos processos de validação de relação predicativa que podemos identificar a partir do reconhecimento da pré-construção.

6.6.1

Relativa explicativa e relativa restritiva

A recorrência ao conceito de pré-construído nos permite identificar a oposição entre os dois tipos de relativas: a restritiva e a explicativa (ou apositiva).

Na abordagem tradicional, para dar conta da oposição restritiva/explicativa (apositiva) recorre-se, normalmente, à distinção semântica em extensão, ou seja, a restritiva restringe a extensão do significado explicitado no antecedente e a explicativa, ao contrário, não restringe essa extensão. Além disso, costuma-se indicar a marcação do sinal de pontuação (vírgula) ou a pausa na fala como caracterizadores da explicativa. Como podemos comprovar em Bechara (1999, 466):

(...) a adjetiva explicativa alude a uma particularidade que não modifica a referência do antecedente e que, por ser mero apêndice, pode ser dispensada sem prejuízo total da mensagem. Na língua falada, aparece marcada por pausa em relação ao antecedente e, na escrita, é assinalada por adequado sinal de pontuação, em geral, entre vírgulas:

O homem, que vinha a cavalo, parou defronte da igreja.

Já em:

O homem que vinha a cavalo parou defronte da igreja

a oração adjetiva, proferida sem pausa e não indicada na escrita por sinal de pontuação a separá-la do antecedente, demonstra que na narração havia mais de um homem, mas só o “que vinha a cavalo” parou defronte da igreja. A esta subordinada adjetiva se chama restritiva.”

Essa visão de frase relativa é igualmente encontrada em outras línguas. Benveniste (1976, 234 e 235) sublinha que na sintaxe árabe há um paralelismo que se evidencia principalmente entre o tratamento sintático do adjetivo e o da frase relativa. E acrescenta que frase relativa tem a mesma conotação sintática que o adjetivo qualificativo e é susceptível, como o adjetivo, de uma forma indeterminada e de uma forma determinada.

O que mostramos a seguir nesta parte do trabalho é que, na abordagem enunciativa, a oposição restritiva/explicativa é explicada a partir do conceito de pré-construído. Na relativa restritiva, teríamos um pré-construído, enquanto a relativa explicativa não corresponde a qualquer pré-construção enunciativa. Nesse sentido, Campos (1997, 170) designa a restritiva de relativa pré-construída e a explicativa, não pré-construída.

Recorrendo a essa abordagem, no exemplo abaixo:

(58) “Frequentemente, as mães que tomaram a decisão de ficar em casa com os seus filhos foram acusadas de se terem anulado como mulheres profissionais.” - (Isabel Martinho)

identificamos uma relativa restritiva (*que tomaram a decisão de ficar em casa com os filhos*) não apenas por uma característica no nível superficial ou por extensão ou não do significado, mas pelo valor modal de asserção não validado nessa relação predicativa e sim numa outra.

Assim, a relativa restritiva é um pré-construído, porque modifica o nome em função da ocorrência de uma operação de determinação anterior à enunciação em curso. Ou seja, no exemplo (58), temos, em *as mães que tomaram a decisão de ficar em casa com seus filhos*, a construção *o N que*, na qual a ocorrência de N é localizada em relação a uma outra ocorrência de N, em outra enunciação.

Por sua vez, vemos que a relativa explicativa vai *corresponder a uma asserção, construída em Sit₀, que funciona como predicação secundária. Ambas as predicações, principal e secundária, são construídas em Sit₀* (Oliveira, 1997, 52). E Oliveira (1997, 53) conclui dizendo que as relativas são construídas de duas formas: quando a operação de localização for de construção, temos uma relativa explicativa e, quando a operação de localização for de especificação, temos uma relativa restritiva.

Assim, concluindo a descrição e explicação do exemplo (58), temos uma construção de especificação, já que a ocorrência *as mães que (o N que)* é localizada em relação a um pré-construído e não a um construído na mesma enunciação.

6.6.2

Construção concessiva

Além da marcação do valor de pré-construído visível nas orações relativas restritivas, algumas outras construções sintático-semânticas são, igualmente, caracterizadas por este valor. Esse é o caso das construções concessivas.

A concessão é normalmente definida como a “negação de uma causa, ou a explicitação de uma contradição” (Michels 2000, 361). Para a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, o valor da concessiva é uma relação modal marcada interpredicativamente, ou seja, a construção concessiva consiste em assertar ao mesmo tempo como verdadeiras duas proposições mutuamente exclusivas em termos de pré-construção, indicando que o enunciador é consciente da contradição (Groussier e Rivière, 1996, 43).

Assim no exemplo,

(59) Mesmo conhecendo os perigos daquela montanha, os alpinistas se arriscaram a escalá-la.

temos um enunciado com valor concessivo (*Mesmo conhecendo os perigos daquela montanha*) não validado nessa situação de enunciação, e sim numa outra, constituindo, nessa mesma situação, um pré-construído. Ou seja, em um outro enunciado há a validação da relação predicativa (*os alpinistas conheciam os perigos daquela montanha*), subjacente ao enunciado (59), e, nesse novo enunciado, considera-se essa relação predicativa como já validada.

A contradição (*Mesmo conhecendo os perigos daquela montanha*) indicada como pré-construído, validada, portanto, em outra situação de enunciação, é de caráter não cultural, ou seja, é um conhecimento que o enunciador traz de outra situação de enunciação e não um conhecimento partilhado com outros membros da mesma comunidade.

Mas podemos ter um pré-construído cuja validação seja de caráter cultural. Vejamos o exemplo (60) traduzido de Groussier e Rivière (1996, 43):

(60) Nancy odeia pipoca, embora ela seja americana.

O exemplo nos mostra que a contradição constituída é de caráter nocional, pois pressupomos que *Se alguém é americano, então ele/ela adora pipoca*.

6.6.3

Construção ‘já que’

As construções complexas iniciadas por *já que* são também exemplos de construção do valor de pré-construído.

Conhecemos o marcador *já que* com valor de causa, ou seja, marca uma relação interlexis de causa, relacionando, assim, duas proposições. Mas, se recorrermos à abordagem semântico-enunciativa, ele possui uma expressão modal que vai além dessa explicação.

Essa expressão é, enunciativamente, marcador de uma relação entre duas enunciações distintas e introduz uma asserção que é construída numa situação de enunciação distinta de Sit₀, o que a distingue do valor causal de *porque*, por exemplo.

Assim sendo, *porque* constitui uma relação de causa construída na mesma situação de enunciação e o *já que*, um pré-construído.

Vejamos melhor nos exemplos (61)a. e (61)b.:

(61)a. Todos vão ao teatro porque a crítica foi favorável.

b. Todos vão ao teatro já que a crítica foi favorável.

A princípio, ao analisarmos os enunciados (61)a e (61)b consideramos a construção dos mesmos uma atividade puramente estilística, mas se analisarmos sob o ponto de vista semântico-enunciativo, procurando dar conta das operações subjacentes, percebemos que há uma diferença de significação dessas duas expressões.

Essa diferença pode ser constatada nos exemplos a seguir:

- (61)c. Por que todos vão ao teatro?
 d. Porque a crítica foi favorável.
 e. *Já que a crítica foi favorável.

Verificamos que apenas a seqüência (61)d contém uma resposta a uma indagação que se fez ao primeiro membro da asserção. Isso nos indica que o valor modal expresso em (61)a. foi construído na mesma situação de enunciação, pois a asserção do segundo membro constitui a causa do primeiro.

O mesmo não ocorre em relação ao exemplo (61)b, determinando que o segundo membro é um pré-construído, ou seja, *já que* é marcador de uma relação predicativa validada numa outra situação de enunciação.

Para reforçar essa interpretação, o ‘já que’ não pode ser nem interrogado, nem negado, diferentemente de ‘porque’, o que pode nos levar à conclusão de que existe mesmo um pré-construído, considerando que não se pode negar ou interrogar uma asserção construída por um outro S_0 , numa outra Sit_0 como podemos comprovar em:

- (61)f. É porque a crítica é favorável que todos vão ao teatro?
 g. *É já que a crítica foi favorável que todos vão ao teatro?
- (61)h. Não é porque a crítica foi favorável que todos vão ao teatro.
 i. *Não é já que a crítica foi favorável que todos vão ao teatro.

6.6.4

Construção condicional

A construção condicional (*se p, q*) se constitui de dois elementos: a *prótase* (*se p*) e a *apódose* (*q*)²⁹. A *prótase*, que aqui nos interessa mais particularmente porque é nela em que está construído o termo localizador da construção condicional, pode ter dois valores: de *hipótese* ou de *retoma*,

²⁹Valem ser destacados dois trabalhos que tratam da análise da conjunção *SI* (SE), em que esse marcador é analisado sob a ótica da Teoria das Operações, por Vogüé (1992) e sob a ótica da Teoria das Posições (ver nota 40), por Delaveau (1992).

considerando a construção condicional *standard* indicada. Em qualquer um dos dois valores, hipótese ou retoma, é construída uma relação de localização entre duas lexis, sendo <q> o termo localizado e <p> o termo localizador.

O que distingue, entretanto, os dois valores é a pré-construção do valor de retoma.

Vejamos os dois valores nos exemplos abaixo:

(62) Se, porém, nos debruçarmos com maior serenidade sobre a questão, perceberemos que existe uma ligação entre as duas coisas. (Leandro Konder)

(63) Se os congressistas não conseguem viver sem a Lei de Imprensa, seria o caso de lhes propor uma barganha. (Luiz Garcia)

No exemplo (62), temos uma construção condicional com valor de hipótese porque S_0 constrói uma asserção em *Se p* (*Se, porém, nos debruçarmos com maior serenidade sobre a questão*) e a valida em Sit_0 . Na verdade, a validação da relação predicativa, ou construção do valor modal de asserção estrita, é definida por uma cadeia de operações em que o sujeito enunciador

constrói uma situação de enunciação fictícia $Sit(S_0^1, T_0^1)$, não conexas em relação à situação de enunciação origem, que constitui um novo sistema referencial. Neste novo sistema é localizada a relação predicativa que é, assim, afetada de valores referenciais de tempo, aspecto e modalidade, sendo, do ponto de vista modal, sempre uma asserção estrita.

Já no exemplo (63), há um pré-construído, ou seja, a validação da relação predicativa da prótase (*Se os congressistas não conseguem viver sem a Lei da Imprensa*) é construída num outro espaço enunciativo e retomada para uma nova situação de enunciação. Nesse caso, não há, portanto, a construção de uma hipótese.

Quando o enunciador constrói o seu enunciado sobre uma hipótese (proposição que funciona como fundamento, como base para um raciocínio, para um discurso), essa hipótese é colocada na primeira proposição p – a prótase. É sobre a prótase p que o enunciador apóia a apódose q ou projeção hipotética.

Segundo Mateus *et alii* as construções condicionais exprimem uma dependência semântica entre proposições:

As construções condicionais são semanticamente construções de subordinação, uma vez que exprimem um tipo de junção que conecta sequencialmente frases cujos conteúdos proposicionais mantêm entre si uma relação hierárquica de dependência semântica. Chamaremos ‘antecedente’ ao membro da seqüência de cujo conteúdo proposicional depende semanticamente o conteúdo proposicional do outro membro, o ‘conseqüente’.

Sob esse aspecto, a relação de implicação que liga a prótase à apódose garante a realização da apódose a partir do localizador fictício. Ao pré-construído associado a p corresponde, portanto, um pré-construído associado a q , e a comutação de p torna previsível a alteração de q , devido à solidariedade que liga os dois conteúdos proposicionais.

6.7

Mediativo

O estudo do mediativo foi impulsionado, entre outros, por Jakobson (1957), que propôs chamar *evidential* à categoria verbal que, entre outros aspectos, faz entrar em linha de conta a fonte de informação alegada relativamente ao processo do enunciado (Jakobson, 1963, 183).

Mais recentemente, foi adotado, por Guentchéva, entre outros, o termo ‘mediativo’, para designar a categoria gramatical que indica que o enunciador faz referência a situações (estáticas ou dinâmicas) das quais ele não assume a responsabilidade, por ter tido conhecimento delas por via indireta, o que lhe permite manifestar diversos graus de distância em relação ao conteúdo da sua própria mensagem, e permite ao co-enunciador pôr em questão, refutar o conteúdo da mensagem” (Guentchéva, 1996, 11).

O valor mediativo opera sobre uma ruptura enunciativa: qualquer ocorrência de um enunciado mediativo introduz necessariamente uma situação de enunciação mediatizada Sit_M que está em ruptura com a situação de enunciação [origem] Sit_0 (Güentchéva, 1994, 11).

Sit_M é referencialmente independente de Sit_0 e essa ruptura pode ser global ou afetar apenas um dos parâmetros: os enunciadores ou os instantes. Um

enunciador mediatizado (S_M), em ruptura com S_0 , é fundamentalmente indeterminado; um instante mediatizado (T_M), em ruptura com T_0 , surge como fictício (Güentchéva 1994, 11-12).

Güentchéva *et alli* (1996, 139/140) apontam três valores principais do mediativo:

→ fatos relatados: ocorrem em duas situações:

- a) conhecidos ou admitidos por todo o mundo, como os contos populares, as lendas e os mitos;
- b) fundados nas falas de outros em que se encontram as nuances de dúvida, ironia, indignação e rejeição;

→ inferências: são fatos enunciados reconstruídos a partir de traços ou indícios observáveis; e

→ fatos de surpresa: ocorre quando o enunciador apresenta fatos como uma descoberta inesperada e em contradição com o estado esperado, ele pode recorrer ao mediativo nas línguas que conhecem essa categoria. O fato enunciado é, então, concomitante à situação de enunciação e esse valor aparece essencialmente com verbos estativos ou com predicativos qualificativos e é necessariamente acompanhado de uma entonação do tipo exclamativo.

Esta categoria mostrou-se particularmente produtiva na análise de línguas em que as formas verbais comportam marcas morfológicas que indicam a fonte enunciativa (como o búlgaro, o turco, o albanês, o armênio, o tibetano, diversas línguas ameríndias etc.).

Observemos os seguintes enunciados em *tuyuca*, língua falada na Colômbia e no Brasil, em que há a exemplificação do mediativo marcado morfológicamente:

- (1a) *diiga apé-wi* “Ele jogou futebol” (Eu vi-o jogar)
- (1b) *diiga apé-ti* “Ele jogou futebol” (Eu ouvi o jogo e ouvi-o a ele, mas não vi um nem o outro)
- (1c) *diiga apé-yi* “Ele jogou futebol” (Eu vi evidências de que ele jogou: a marca do sapato dele no campo. Mas não o vi jogar)
- (1d) *diiga apé-yigi* “Ele jogou futebol” (Eu obtive a informação de outra pessoa)
- (1e) *diiga apé-hiyi* “Ele jogou futebol” (Há razões para assumir que ele o fez) (Barnes, 1984, apud Oliveira, 2000:403).

Estudos têm sido realizados igualmente nas línguas Tupi-Guarani, que identificam expressões de evidencialidade (a partir do termo “evidencial”, empregado como expressão lingüística de atitude relativa ao conhecimento, com

base em Jakobson (1957) e Chafe & Nichols (1986), como o estudo realizado por Cabral (1999) em que destaca duas dessas expressões: “o constativo, que indica que o locutor teve acesso ao conteúdo de uma informação por via direta” e “o mediativo que sinaliza que o locutor teve acesso ao conteúdo de uma informação por via indireta, o que significa em várias línguas que a informação foi obtida através de um terceiro”.

Nesse trabalho, Cabral nos diz que “os primeiros resultados do estudo comparativo sobre as partículas evidenciais Tupi-Guarani *constativas* e *mediativas* indicam que elas distinguem fundamentalmente informações:

- (a) baseadas na experiência pessoal do locutor;
- (b) obtidas através de uma terceira pessoa;
- (c) conhecidas através de ‘disque’;
- (d) adquiridas em sonhos;
- (e) originárias de um mito;
- (f) e resultantes de uma inferência”.

Com exceção do item (a), todas as outras formas de aquisição de informação caracterizam o mediativo.

Essa autora nos mostra ainda que as partículas que possuem cognatos em línguas de todos os subgrupos Tupi-Guarani são as dos grupos (a), (b), (c) e (f), que constituem a base para a reconstrução das seguintes expressões de evidencialidade: **rakó ~ kó* (constatado pelo locutor); **ra’é* (não constatado pelo locutor – mediativo); **je* (disque – mediativo); e **nipo ~ *ipó ~ *pó* (inferencial – mediativo).

Em outras línguas existem mecanismos que favorecem ao enunciador indicar que a informação que ele transmite não foi obtida como consequência de uma experiência direta, pessoal. Entretanto, os estudos desses mecanismos têm se limitado, normalmente, no caso do português e outras línguas, à análise de construções sintáticas (*Diz-se que...*, *Parece que...*, *Dizem...*) ou lexicais (advérbios, como *aparentemente*). Além desses, encontramos também adjetivos

como marcadores de mediativo, que é o caso de *suposto* e *alegado* (Neves, 2003)³⁰.

No discurso jornalístico de modo geral (em notícias, editoriais, artigos de opinião etc) encontramos com muita produtividade esse recurso lingüístico, assinalado por processos sintáticos e/ou por marcadores não exclusivos, como, por exemplo, advérbios de frase, do tipo *aparentemente*, *visivelmente*, *certamente*, *supostamente*; os verbos modais *dever* e *poder* com valor epistêmico; fórmulas introdutórias do discurso relatado (*de acordo com X*, *segundo X*, *para X*); as aspas de citação; entre muitos outros recursos (Neves & Oliveira, 2003, 824).

Acrescentaremos à lista dessas autoras as ‘nominalizações deverbais’ que surgem, na linguagem jornalística principalmente, com um amplo leque de diversificadas formas lexicais.

De certa forma, para a presente investigação, esse fenômeno de mediatividade, e, conseqüentemente, de distanciamento, se assemelha ao que já vem sendo destacado em estudos sobre a nominalização deverbal como ‘neutralidade’. Isso pode ser constatado, por exemplo, em Basílio (1994,13) em que a autora afirma que uma forma nominalizada deverbal “permite referência ao processo verbal de maneira neutra”, indicando ser essa neutralidade uma estratégia de organização textual principalmente por favorecer a referência anafórica.

Assim também Azeredo (1999, 247/248) destaca esse caráter ‘neutro’ de algumas nominalizações deverbais. A partir do enunciado abaixo, o autor identifica as formas nominais destacadas (‘paralisação’, ‘protesto’, ‘movimento’) como três representações de uma mesma proposição (“Cerca de mil estudantes universitários e secundaristas pararam ontem o trânsito em seis avenidas das zonas Sul, Norte e Centro”), motivadas pelo percurso da enunciação:

Cerca de mil estudantes universitários e secundaristas pararam ontem o trânsito em seis avenidas das zonas Sul, Norte e Centro, para protestar contra a falta de verbas para a Educação e pedir a melhoria da qualidade de ensino. (...) A

³⁰Exemplos dados em Neves (2003).

“Um **suposto** militar americano diz ter encontrado 36 milhões de dólares de traficantes e quer ajuda para escondê-lo.” (“O conto-do-vigário virtual”, *Veja*, 4/12/2002, p. 124)

“Dois **alegados** cúmplices do atirador que abateu com três tiros na face um dos mais poderosos homens do “submundo” da capital sérvia – e cujo funeral decorreu na passada quinta-feira -, também se encontrarão detidos”. (“Polícia anuncia prisão do assassino”, *Diário de Notícias*, 23/01/2000)

paralisação surpreendeu a Polícia Militar e a CET-Rio e causou engarrafamentos em bairros como Gávea, Leblon, Maracanã e Humaitá. (...)

O protesto contou com o apoio de diretórios acadêmicos, mas não foi comandado por entidades estudantis como UNE e Ubes. Na PUC, o movimento foi organizado por um grupo desvinculado do diretório, que há um mês vem percorrendo escolas e faculdades para mobilizar os estudantes. (O Globo, 28.05.98, p.1)

No enunciado, a manifestação da neutralidade se encontra especificamente no termo “paralisação” que, para Azeredo, “é um termo neutro, que sintetiza a ação praticada”. Em relação aos outros dois substantivos deverbiais esse autor diz que há motivações semânticas para os respectivos usos.

Além dos posicionamentos de Basílio e Azeredo, podemos citar o de Fairclough (1989) que identifica duas funções para a nominalização deverbal: 1. pode ser uma estratégia para economizar espaço; ou 2. pode ser para esconder convenientemente a responsabilidade. No exemplo: “Despejo de carga causa problemas para motoristas”, o autor mostra que a frase “despejo de carga” é uma nominalização do processo pelo qual os caminhões mal preparados despejam suas cargas ao percorrerem as estradas. Ele esconde o fato de que são as pessoas que carregam o caminhão, ou talvez, que são elas as responsáveis por tal despejo de carga.

Em termos semântico-enunciativos, temos o valor mediativo quando o enunciador, ao construir o enunciado, explicita, por mecanismos diversos, fatos apresentados que não constituem a expressão de uma visão pessoal e sim a de outros enunciadores aos quais o enunciador recorreu para a validação da relação predicativa.

Ao estabelecer a relação entre enunciador e a validação da relação predicativa, verificamos que há realmente uma relação entre o mediativo e a modalidade, já que

o mediativo fornece à modalidade informação sobre a maior ou menor fiabilidade de uma informação, contribuindo para um valor epistêmico dentro de uma escala que vai da asserção estrita aos vários graus de probabilidade (Campos, 2001, 338).

Podemos, seguramente, dizer que o estudo do mediativo construído nos enunciados dos artigos de opinião tem importância relevante, já que o mesmo estabelece a relação entre a significação – o que se procura reconstruir num

enunciado – e o tipo de conhecimento – imediato ou mediato – que lhe é subjacente.

Encontramos, nos corpora estudados, esse tipo de construção na validação de diferentes relações predicativas. Indicamos, neste espaço, dois desses tipos de construção.

Vejamos, então, os exemplos abaixo:

(64) A facilidade com que os movimentos terroristas, em todo o mundo e na América Latina em particular, têm se aproximado do tráfico de tóxicos e de armas, os vasos comunicantes crescentes entre eles, indica que, certamente, ressalvadas as sempre de regra exceções, a alternativa de poder está muito longe de seus propósitos. (Cesar Maia)

(65) “O crime organizado constitui um estado dentro do Estado ou, como preferem alguns, constitui um estado ao lado do Estado.” (Cesar Maia)

Em (64), temos a validação com dados observados pelo enunciador, caracterizando uma inferência, já que, com esses dados, o enunciador constrói a validação da relação predicativa. Isso se destaca principalmente pela construção do verbo *indicar* no presente.

Já em (65), encontramos a construção de uma validação realizada num outro espaço enunciativo. Essa validação é trazida para este enunciado com a construção da expressão *como preferem alguns* e o enunciador deixa bem claro que não é ele que valida a relação predicativa construída, já que essa opinião não é dele próprio e sim de outros enunciadores não identificados.

Para concluir este estudo do mediativo, recorreremos a Oliveira (2000, 406) que identifica o valor mediativo no uso do futuro e do condicional no português europeu:

Frequente nas línguas românicas é a utilização da flexão verbal para exprimir valores mediativos, em especial, o uso das formas de futuro e do condicional, empregues no discurso jornalístico³¹ como meio de marcar uma fonte enunciativa distinta do sujeito enunciador e a sua não-responsabilização em relação à asserção:

(2) No IST, 330 mil contos serão gastos em energia, água e limpeza; 87 mil em segurança; 7.442.343 em pessoal. (DN, 13/05/1999)

(3) É que, alguns dias antes de ter chegado a Portugal, por alturas do Natal, Rezala terá sido detido preventivamente em Espanha. (*Público*, 18/01/2000)

(4) O indivíduo tinha sido acusado de cortar deliberadamente o tubo de alimentação de um bebé – que teria confundido com um filho de que se queria livrar – que se encontrava numa das incubadoras do Hospital de Angra do Heroísmo. (*Público*, 18/01/2000)

Essas formas verbais, que são cada vez menos utilizadas no registro médio do português europeu e brasileiro, sobretudo na língua oral, vão sendo progressivamente substituídas por formas parcialmente equivalentes (por exemplo, o imperfeito e o presente do indicativo), mas se mantêm muito produtivas, como já mencionamos, no discurso jornalístico.

No *Livro de Estilo* do Público (199, 290) pode-se ler que o condicional “é um tempo verbal a usar com parcimônia, pois foge à precisão desejável num texto jornalístico”, na medida em que permite ao jornalista fazer afirmações sem revelar a respectiva fonte e sem se responsabilizar pela sua veracidade. A utilização jornalística do futuro do presente e do futuro do pretérito é possibilitada pelas suas propriedades básicas, não se afastando radicalmente dos outros tipos de ocorrências.

Cumpre-nos notar ainda a co-ocorrência do futuro do pretérito simples e do composto, apontada por Güentchéva (1994) para o francês, que se identifica em ocorrências com condicional presente para codificar situações estáticas e ao condicional passado para eventos. Em português existe a mesma correlação, pois se tem, por um lado, *teria, estaria, seria* e, por outro lado, *teria confessado, teria tido, teria confundido*.

A identificação de formas de mediativo nos enunciados nos possibilita, enfim, perceber que os jornalistas e escritores recorrem a estratégias lingüísticas

³¹Sobre o uso do condicional no discurso jornalístico, Oliveira (2001, 406) faz a seguinte citação: Daniel Ricardo (1998, no prelo), no Manual de Redação da revista Visão, aconselha mesmo os jornalistas a usarem “o condicional perfeito ou o futuro perfeito, para exprimir uma suspeita (teria dito que...; terá confessado o crime)”.

que facilitam a construção de uma distância em relação ao conhecimento construído³², favorecendo o distanciamento necessário para isentá-los de qualquer comprometimento, caso a informação por eles prestada não corresponda exatamente à realidade dos fatos.

Vimos, assim, com a explicitação de estudos realizados em diferentes ocorrências no português, que o estudo do pré-construído dá conta da explicação/descrição de muitos fatos lingüísticos que, normalmente, são abordados de forma secundária e a compreensão desse conceito contribui para a construção/reconstrução da significação de diferentes enunciados, principalmente no discurso jornalístico.

³²Sobre isso nos diz João Ubaldo Ribeiro: “(...) tenho que usar ‘suposto’, ‘alegado’ etc, se não pode dar processo em cima de mim (...)”. (O Globo, “Quem nasceu ontem?”, 19/06/05, p. 7)